

## A Estrutura do Setor Bancário Brasileiro e o Ciclo Recente de Expansão do Crédito: O Papel dos Bancos Públicos

Paula Rachel Rabelo Correa<sup>1</sup>  
Luiz Fernando Rodrigues de Paula<sup>2</sup>  
José Luis da Costa Oreiro<sup>3</sup>  
Flávio A. C. Basílio<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a evolução recente da estrutura do setor bancário brasileiro e ciclo recente do crédito no Brasil, focalizando em especial no desempenho e papel dos bancos públicos, em particular os grandes bancos federais, BNDES, Banco do Brasil e CEF. A ênfase do estudo se dá no período pós-Real e no boom recente do crédito, ou seja, o período compreendido entre meados de 2003 e meados de 2008.

Palavras-Chave: Intermediação Financeira, Bancos Públicos, Economia Brasileira

JEL: E44, H70, O11

**Abstract:** This paper aims to analyze recent developments in the Brazilian banking industry structure and recent credit cycle in Brazil, focusing on the role and performance of public banks, particularly the large federal banks, BNDES, Banco do Brasil and the CEF. The emphasis of the study is given in the post-Real and the recent credit boom, i.e. the period between mid 2003 and mid 2008.

**Key-Words:** Financial Intermediation, State-Owned Banks, Brazilian Economy

JEL: E44, H70, O11

Área 3 - Macroeconomia, Economia Monetária e Finanças

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Engenharia Florestal (UFPR) E-mail: [rabelocorrea@hotmail.com](mailto:rabelocorrea@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador Nível I do CNPq e Presidente da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: [luizfpaula@terra.com.br](mailto:luizfpaula@terra.com.br).

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador Nível I do CNPq e Diretor da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: [joreiro@unb.br](mailto:joreiro@unb.br). Página pessoal: [www.joseluisoreiro.ecn.br](http://www.joseluisoreiro.ecn.br).

<sup>4</sup> Doutorando em Economia (UnB), assessor Banco do Brasil (BB). E-mail: [flaviobasilio@gmail.com](mailto:flaviobasilio@gmail.com)

## **1. Introdução**

O setor bancário brasileiro vem passando por profundas transformações ao longo dos últimos 15 anos. Com o fim da alta inflação e após a bem sucedida implantação do Plano Real, o setor bancário brasileiro passou por um processo de consolidação, no qual, por intermédio de fusões e aquisições de bancos, se evidenciou não só um aumento do grau de concentração do setor, como também uma redução da importância dos bancos públicos tanto em termos de número de instituições (com as privatizações) como em termos de market-share. Um outro elemento importante na mudança estrutural do setor bancário brasileiro foi a entrada de bancos estrangeiros a partir de 1997, o que gerou uma expectativa de aumento da eficiência do setor, em conjunto com a redução dos elevados spreads cobrados pelos bancos brasileiros em suas operações de crédito, os quais se encontravam (e ainda se encontram) entre os maiores do mundo (Silva, Oreiro e Paula, 2008, p. 201).

Apesar das expectativas otimistas quanto aos supostos efeitos benéficos da redução da presença do Estado no setor bancário e da entrada de bancos estrangeiros, o processo de consolidação bancária no Brasil teve resultados aquém do esperado, quando não negativos, sobre a relação crédito/PIB e o custo da intermediação financeira. No que se refere aos spreads bancários, após uma forte queda do patamar de 120% a.a. em junho de 1994 para cerca de 60% a.a. em março de 1999, verifica-se uma notável estabilidade dos mesmos no patamar de 40% a.a. a partir de janeiro de 2000. A relação crédito/PIB, por sua vez, se reduziu de 35% em junho de 1994 para cerca de 22% em outubro de 2002. Em outras palavras, observou-se no período supra-citado uma involução do desenvolvimento financeiro da economia brasileira.

A partir de 2003, contudo, verifica-se uma notável mudança na estrutura e no desempenho do setor bancário brasileiro. No que se refere à performance do setor bancário, verifica-se que a relação crédito/PIB, que vinha apresentando uma notável redução até o ano de 2002, começa um movimento ascendente, alcançando a marca 45% em julho de 2009. Em relação à estrutura do setor, o processo de redução da participação do Estado no setor financeiro é revertida, com o aumento da participação dos bancos públicos no total de crédito concedido pelo sistema bancário brasileiro. Com efeito, entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2010, as operações totais de crédito do sistema financeiro público subiram 415,50% contra um aumento de 348,08% do sistema financeiro privado. Olhando apenas o crédito ao setor industrial, evidencia-se elevação de 297,33% do crédito público contra 240,46% do privado. A expansão do crédito do setor privado somente supera a performance de crescimento do crédito público nas operações às pessoas físicas e rurais. De toda sorte, o volume de crédito público ao setor rural é 35% superior ao concedido pelo privado. Levando-se em consideração que o setor público detém apenas 34% do total dos ativos fica clara a importância do crédito público ao financiamento da agricultura, importante vetor de exportações do país.

Isso posto, o presente artigo tem por objetivo analisar a evolução recente da estrutura do setor bancário brasileiro e o ciclo recente do crédito no Brasil, focalizando em especial no desempenho e papel dos bancos públicos – em particular os grandes bancos federais, BNDES, Banco do Brasil e CEF. A ênfase do estudo é no período pós-Real e no boom recente do crédito (de meados de 2003 a meados de 2008). Para tanto, o presente artigo se encontra estruturado em 5 seções, incluindo a presente introdução. A seção 2 discute aspectos relacionados à atual estrutura do setor bancário brasileiro tanto em termos da composição do capital como também coloca em debate questões relacionadas a economias de escala e concentração bancária. Nesse contexto especial se propõe um papel adicional aos bancos públicos, qual seja, ampliar as operações de crédito em um contexto de forte aversão ao risco por parte dos bancos atuando de forma complementar a atuação da autoridade monetária. A quarta seção objetiva analisar os condicionantes e as características da evolução do crédito recente no Brasil. A quinta seção faz uma reprise das conclusões obtidas neste artigo.

## **2. A questão da concentração bancária no Brasil e o papel dos bancos públicos**

Uma importante característica do setor bancário em todo o mundo é o fato de que a atividade bancária é concentrada. As razões para a concentração de uma atividade econômica já estavam explicitadas no grande livro de Alfred Marshall (1980) intitulado *Principles of Economics*. Esse resultado decorre da presença de economias de escala e de escopo, que permitem aos bancos diminuir seus custos por unidade de produto (Baumol et al, 1982). A presença de economias de escala significa que os grandes bancos possuem custos de produção marginais (e médios) mais baixos dos que os bancos pequenos. Economia de escopo, por sua vez, implica que bancos múltiplos com diversos produtos são mais eficientes do que “boutiques financeiras”. Esse resultado também é reportado na literatura pelos trabalhos de Benston (1965), Benston et al (1982), Kolari e Zardkoohi (1987), Berger et. al (1987, 1991), Hunter (1990), dentre outros. Em especial, considerando o mercado bancário brasileiro, Silva e Jorge Neto (2002), partindo de uma amostra de 59 grandes bancos, analisaram a ocorrência de retornos de escala no período 1995-1999. As estimativas encontradas mostram a ocorrência de economias de escala independente do tamanho do

banco. Mesmo com a ressalva dos autores de que o setor bancário brasileiro possui espaço para redução de custos e ampliação da produção, a presença de economias de escala constitui importante variável para explicar a concentração bancária, bem como fornece boas explicações sobre o atual processo de fusões, aquisições e incorporações no setor bancário brasileiro.

Se, por um lado, as fusões, aquisições e incorporações tornam os bancos menos vulneráveis a choques isolados, ou permitem ao sistema bancário tornarem mais protegidos contra choques idiossincráticos, uma vez que grandes conglomerados bancários são, em geral, mais diversificados; por outro lado aumentam o risco de crises sistêmicas. É justamente este fato que coloca como questão central a regulação bancária.

Ao se analisar as transformações ocorridas no Brasil após o Plano Real em termos de atividade econômica, sem dúvida as modificações do setor financeiro merecem destaque. Além da própria mudança da moeda e do fim da alta inflação, inúmeras foram as modificações na legislação e nos normativos do setor, dentre as quais merecem destaque: os normativos do acordo de Basiléia, em especial a exigência de capital mínimo dos bancos compatível com os riscos de suas atividades de modo que o chamado patrimônio de referência (PR), nos termos da Resolução do CMN 3.444 de fevereiro de 2007, seja ser superior a soma dos seguintes termos:

$$PRE = P_{EPR} + P_{CAM} + P_{JUR} + P_{COM} + P_{ACS} + P_{OPR}$$

Em que:  $PRE$  é o patrimônio de referência exigido;

$P_{EPR}$  é a parcela referente às exposições de crédito ponderadas pelo fator de risco a elas atribuído;

$P_{CAM}$  parcela referente à exposição em ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial;

$P_{JUR} = \sum_{i=1}^N P_{JUR_i}$  parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxa de juros e classificadas na carteira de negociação, sendo que  $N$  diz respeito às  $N$  diferentes operações.

$P_{COM}$  parcela referente ao risco das operações sujeitas às variações nos preços das *commodities*;

$P_{ACS}$  parcela referente ao risco de variações nos preços das ações classificadas na carteira de negociação.

$P_{OPR}$  parcela referente ao risco operacional.

Como o capital constitui a forma mais dispendiosa de financiamento das atividades bancárias, os requisitos de capital impostos impactam a rentabilidade das instituições financeiras e, conseqüentemente, acarretam desdobramentos sobre a própria competição bancária. Se por um lado, os preceitos de Basiléia buscam uma maior solidez do sistema bancário fortalecendo as estruturas de risco das instituições financeiras, bem como fornecer incentivos em termos de capital para as melhores práticas de gestão e monitoramento de riscos; por outro impõe um custo elevado de ajustamento por parte das instituições. Em teoria, as seguintes razões sugerem uma relação entre concentração bancária e os normativos de Basiléia:

- (i) Alguns bancos, em especial, aqueles com estruturas de riscos mais especializadas, podem se beneficiar dos incentivos estabelecidos pela implementação de modelos internos de alocação de capital poupando, dessa forma, capital;
- (ii) Os elevados custos de ajustamento das instituições, em sua maioria custos fixos associados à implementação e readequação das estruturas de risco dos bancos, de construção de bases internas de dados para mensuração dos riscos e de tecnologia da informação, podem deslocar a chamada “dimensão máxima de eficiência operacional” a qual, por sua vez, associada aos retornos de escala pode favorecer o processo de concentração bancária;
- (iii) Os bancos mais eficientes e com melhores práticas de gestão conseguem implementar mais rapidamente os modelos de alocação de capital baseados na chamada abordagem avançada poupando, dessa forma capital. Com efeito, esse resultado permite maior alavancagem dessas instituições e maiores taxas de retorno.

Para avaliar a evolução da concentração bancária no Brasil, utilizou-se como metodologia o índice de concentração espacial de Hirschman-Herfindal (IHH). Para tanto, considerando-se uma série  $x = \{x_1, x_2, \dots, x_n\}$  indicadora do nível de atividade econômica em um conjunto com  $n$  observações distintas, sabe-se que o IHH é descrito por:

$$H_x = \sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{x}\right)^2 \quad (1)$$

Onde:  $n$  é o número de bancos considerados na análise,  $x_i$  é a participação absoluta do banco  $i$  e  $x$  representa o volume total do mercado bancário analisado.

O menor indicador para o índice IHH ocorre quando a série  $x$  é constante. Nesse caso, a participação relativa de cada termo é exatamente igual a  $1/n$ . Por outro lado, quando o indicador bancário está concentrado em um único banco, então o índice IHH será igual a um, evidenciando concentração máxima. Ao se tomar a soma dos

quadrados das participações relativas de cada banco, considera-se que quanto maior a instituição, maior o seu poder de mercado. De toda sorte, a interpretação correta dos indicadores de concentração bancária são compreendidas de forma mais adequada por meio do dual do índice de Hirschman-Herfindal, uma vez que o IHH não leva em consideração de forma direta o número de bancos considerado na análise. Com efeito, seja  $y = \{y_1, y_2, \dots, y_n\}$  a série dual do IHH. O modelo dual, nesse caso, considera um mercado teórico com o mesmo número de bancos do mercado real. A diferença nessa abordagem é que o mercado teórico está estratificado em dois grupos. O primeiro grupo possui  $\sigma$  bancos e esse grupo domina totalmente o mercado, sendo que esse grupo divide o mercado igualmente entre si de modo que cada banco possui uma participação absoluta no mercado teórico igual a  $\rho_{mt}$ . O segundo grupo, por sua vez, possui  $n - \sigma$  banco e possui participação nula no mercado. Dessa forma, tem-se que:

$$\sum_{i=1}^n \rho_{mt} = \sum_{i=1}^n \rho_{mr_i} \quad (2)$$

Onde:  $\rho_{mr_i}$  é a participação absoluta do banco  $i$  no mercado real. Observa-se pela equação (2) que o volume no mercado teórico é exatamente igual ao volume do mercado real. Além disso, o IHH nos dois mercados, tanto no real, como no dual, são exatamente iguais  $IHH_{mr} = IHH_{mt}$ . O dual é definido como sendo a fração dos bancos que não possuem participação no mercado. Por esse expediente, a concentração de uma indústria bancária medida pelo IHH é equivalente a uma concentração, também medida pelo IHH, em uma indústria na qual uma fração dos bancos se apropria de todo o mercado. Como  $IHH_{mr} = IHH_{mt}$ , segue-se, portanto, que o dual do mercado real é descrito por:

$$d = 1 - \left[ \frac{1}{nIHH_{mr}} \right] \quad (3)$$

Pela equação (3), observa-se que o dual é uma função crescente em  $IHH_{mr}$ , uma vez que o índice de Hirschman-Herfindal varia de  $1/n$  a 1. Em concorrência perfeita,  $d$  assumirá valor zero, ao passo que em situação de monopólio,  $d$  assume o seu valor máximo  $1 - 1/n$ , sendo que quando o número de bancos é grande o dual se aproxima da unidade.

Segundo o *Federal Trade Commission* e o *U.S. Department of Justice*, um mercado específico é classificado em termos de concentração da seguinte forma<sup>5</sup>:

$IHH > 0,18 \Rightarrow$ indústria altamente concentrada
$0,1 < IHH < 0,18 \Rightarrow$ indústria moderadamente concentrada
$IHH < 0,1 \Rightarrow$ indústria não é concentrada.

Considerando-se os dados do “Consolidado Bancário I<sup>6</sup>” do relatório do COSIF – 50 maiores para ativo total, volume de depósito, número de funcionários, número de agências, volume em operações de crédito e arrendamento mercantil e TVM e instrumentos financeiros com derivativos, obtém-se os seguintes índices de IHH, bem como o respectivo dual, conforme a tabela 1<sup>7</sup>.

**[Tabela 1 aqui]**

Considerando-se os dados apresentados pela tabela acima para o indicador IHH, constata-se que o setor bancário é classificado como uma indústria de concentração média para todos os dados em análise, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil, a qual apresenta forte concentração após junho de 2008. O Gráfico 1 sintetiza a evolução dos IHH apresentados na tabela.

**[Gráfico 1 aqui]**

Quando se analisa esses mesmos dados do ponto de vista do dual é possível verificar qual o grau dessa concentração de forma mais acurada. Com efeito, pode-se afirmar que os ativos do setor bancário estão concentrados em 9,96% das instituições, em média. Para o volume de depósitos esse número é de 7,45%, para número de funcionários 7,81%, número de agências 8,18%, operações de crédito e arrendamento mercantil 8,22% e TVM e instrumentos financeiros e derivativos 9,28%. Ou seja, se o índice de IHH mostra que o setor bancário brasileiro é de *concentração média*, por meio do dual pode-se inferir que o mercado bancário está concentrado em apenas oito bancos, quais sejam: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal, HSBC, Votorantim e Safra. Levando-se em consideração que o Banco do Brasil adquiriu 50% do capital do Banco Votorantim no final de 2008, pode-se dizer que o mercado bancário varejista brasileiro está concentrado em apenas sete bancos, sendo dois bancos públicos federais (BB e CEF), três bancos privados nacionais (Itaú, Bradesco e Safra) e dois bancos estrangeiros (Santander e HSBC)

<sup>5</sup> Ver Merger Guideline §1.51

<sup>6</sup> Consolidado Bancário I: somatório das posições contábeis das instituições bancárias do tipo Conglomerado Bancário I e Instituições Bancárias Independentes I. O Conglomerado Bancário I, por sua vez, é composto por pelo menos uma instituição do tipo banco comercial ou banco múltiplo com carteira comercial. Já as Instituições Bancárias Independentes I são instituições financeiras do tipo banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica que não integrem conglomerado.

<sup>7</sup> É importante destaca que no Consolidado Bancário I não está incluído o BNDES, por não ser um banco depositário.

No caso particular do volume de crédito e de operações de arrendamento mercantil observa-se que o crédito bancário está concentrado em apenas cinco bancos. Levando-se em consideração que desses cinco bancos dois estão sob controle estatal, fica evidente a importância das políticas públicas de crédito para determinar a dinâmica desse mercado. Dessa forma, o grau de competição do setor bancário é relevante na medida em que influencia a quantidade de crédito ofertada, a sua qualidade e o próprio crescimento econômico. A literatura convencional de economia industrial postula que quanto menor a competição entre os bancos maiores serão os benefícios aos tomadores de crédito, uma vez que o preço do capital e a própria disponibilidade de recursos serão maiores em um ambiente competitivo. No entanto, outros estudos incorporando problemas de informação assimétrica, moral hazard, problemas de seleção, etc. argumentam que na presença de retornos de escala a concentração reduz o custo de informação e de seleção por parte dos bancos, de modo que ambientes mais competitivos geram menos crédito em relação aos mais concentrados. Esse resultado ocorre em mercados nos quais existem mobilidade de clientes (heterogêneos), o mercado é amplo e o custo de troca de informação é relativamente baixo. Essas condições são precisamente as encontradas no setor bancário. A racionalidade econômica desse resultado ocorre porque a informação (e a própria diversificação de portfólio derivada de uma base maior de clientes) é um dos fatores que garantem retorno de escala às operações bancárias. Dessa forma uma central unificada de informação de crédito constitui um “monopólio natural” de modo que quando os bancos começam a trocar informações, isso cria um incentivo para que os demais bancos do sistema também troquem informações referentes aos seus clientes. Assim, a troca de informações bancárias melhora a qualidade e a quantidade dos empréstimos, reduzindo a taxa de juros. Esse resultado também pode ocorrer em um único banco, para tanto um relacionamento de longo-prazo com o cliente seleciona os empréstimos concedidos e a taxa cobrada. Ou seja, existem dois efeitos ambíguos atuando no sistema. O primeiro é o chamado *screening effect* (filtragem). O Segundo é o *incentive effect* (incentivo). Nesse sentido, setores mais concentrados são melhores do que aqueles competitivos se o canal informacional superar os efeitos tradicionais da competição.

De todo modo, uma questão adicional a esse debate merece atenção: qual o papel dos bancos públicos em uma ambiente com notada presença de retornos crescentes à escala e com informação assimétrica, moral hazard, etc.? Adicionando elementos a esse cenário, considere ainda que esse banco público em questão é eficiente, lucrativo e com amplo *market share*. Por fim, considere que todos esses problemas estão postos em um ambiente de forte incerteza. Ou seja, independente de questões relacionadas a concorrências e a problemas de seleção, em decorrência do próprio ambiente econômico os bancos simplesmente decidem empoeçar liquidez e reduzem prontamente o volume de crédito concedido. Como se sabe, esse foi precisamente o cenário evidenciado pela economia brasileira no final de 2008. A crise atingiu o Brasil pelo lado da oferta decorrente da forte contração do crédito bancário derivado do aumento da preferência pela liquidez – desejo pela posse de ativos facilmente conversíveis em meios de pagamento – dos bancos em virtude das incertezas presentes na economia (Oreiro e Basilio, 2009).

Os bancos públicos – como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil – são fundamentais na realização de políticas creditícias anti-cíclicas na medida em que suas atuações interferem na estrutura de mercado do setor e, portanto, na própria dinâmica de crescimento da lucratividade no longo-prazo. Isso porque, quando esses bancos adotam uma política de expansão do crédito em um cenário de notada elevação da preferência pela liquidez dos bancos e elevação do pessimismo, a atuação estatal além de reaquecer a economia por meio do canal keynesiano tradicional, força uma reação dos demais bancos em decorrência da perda permanente de *market-share* que eles estarão sujeitos caso não acompanhem o movimento de expansão realizado pelos bancos públicos. Nesse sentido, além de possuírem tradicional função social de agente do governo nas políticas públicas, e na instalação de agências e postos de atendimento em áreas remotas e pouco lucrativas, os bancos públicos atuam no sentido de forçar a ampliação de liquidez por meio do canal concorrência de mercado. Ou seja, em momentos de crise com elevada incerteza, não apenas a autoridade monetária possui função estratégica para reaquecer a economia, como também os bancos públicos. Esse resultado é reforçado no Brasil devido à atuação ativa do BNDES, Banco do Brasil e da CEF. Este ponto é aprofundado na próxima seção.

### **3. Bancos públicos e a evolução do mercado de crédito no período recente**

A característica de uma economia de baixo crescimento e marcada por um comportamento a la “*stop and go*” e por várias crises externas (crise mexicana, crise asiática, crise russa, crise brasileira, crise argentina, etc.) fez com que a oferta de crédito, após um breve boom pós-sucesso da estabilização de preços a partir da implantação na nova moeda – o real – em julho de 1994, declinasse quase que gradualmente no período 1995-2003, período em que a relação crédito total sobre PIB caiu de 35,1% em maio de 1995 para 21,8% em março de 2003 (Gráfico 2). O ajuste dos bancos a este contexto foi facilitado por um contexto macro-institucional favorável, em particular a forma de gestão da política macroeconômica (política de juros elevados como mecanismo de defesa a volatilidade

dos fluxos de capitais) e da dívida pública (com emissão de títulos pós-fixados e/ou de curto prazo) durante os contágios das crises externas, o que permitiu que não só que os bancos brasileiros não tivessem sua saúde afetada pelas crises, como também os mesmos pudessem ter uma rentabilidade elevada<sup>8</sup> (Paula et al, 2001; Paula e Alves Jr, 2003). Como resultado desta forma de ajuste macroeconômico, se por um lado as crises externas não resultaram em crises bancárias no Brasil, de outro os custos de tal ajuste recaíram sobre o Estado, que teve um crescimento célere na sua dívida<sup>9</sup>. Outra característica do período 1995-2003 é que as operações de crédito para o setor público caíram de cerca de 5,0-6,0% em 1994-1997 para menos de 1,0% do PIB a partir de 2002.

#### [Gráfico 2 aqui]

Mudanças estruturais importantes, em termos de controle de capital, operaram no setor bancário brasileiro a partir de 1995<sup>10</sup>. A partir da “quase” crise bancária ocorrida em 1995 e que foi de forma bem sucedida enfrentada com a implementação do PROER e outras medidas adotadas pelo governo<sup>11</sup>, o setor bancário brasileiro passou por mudanças importantes, expresso na redução dos bancos públicos neste setor, e o crescimento da participação dos bancos estrangeiros. De fato, o governo brasileiro passou a estimular a entrada de bancos estrangeiros para a compra de bancos “problemáticos”, de modo a fortalecer o setor bancário doméstico e ao mesmo tempo instituiu um programa de privatização dos bancos públicos estaduais (PROES), dentro de um contexto mais amplo de “forçar” um ajuste fiscal dos estados e de reestruturação de suas dívidas. Neste sentido, vários bancos estaduais – inclusive os de porte relativamente grandes como Banerj, Bemge, Banestado e Banespa – foram vendidos para bancos privados nacionais (em particular o Banco Itaú) e bancos estrangeiros (Santander e ABN-Amro). Por outro lado, grandes bancos varejistas privados, como Bamerindus e Real, foram adquiridos por bancos estrangeiros, respectivamente, pelo HSBC e ABN-Amro. Contudo, uma característica distintiva da entrada de bancos estrangeiros no Brasil nos anos 1990 em relação a outras experiências de países emergentes, foi a reação dos grandes bancos privados, que não só participaram da onda de fusões e aquisições bancárias (F&As), como também passaram até mesmo a liderá-la. Os grandes públicos federais varejistas – Banco do Brasil e CEF – que foram líderes do setor bancário (em particular o primeiro) não puderam participar do processo de F&As bancárias, e assim perderam *market share* no setor bancário. Esses bancos passaram por uma reestruturação patrimonial e gerencial importante no início dos anos 2000. Ademais, somente recentemente, o Banco do Brasil foi autorizado a adquirir outros bancos, sobretudo estaduais, sendo a mais importante aquisição o banco estadual paulista Nossa Caixa em 2008. Esses movimentos evidentemente impactaram na evolução do crédito, como pode ser visto no Gráfico 3, onde observa-se uma queda maior dos bancos públicos (federais e estaduais) – de 20,9% do PIB em janeiro de 1995 para 8,2% em janeiro de 2003, enquanto os bancos estrangeiros cresceram de 3,% em setembro de 1996 para 6,9% em outubro de 2001.

#### [Gráfico 3 aqui]

Já a partir de meados de 2003 inicia-se um crescimento gradual e sustentado do crédito bancário no Brasil – cuja participação no PIB cresce de 22,0% em abril de 2003 para mais de 30% em 2007, mais de 40% em 2009, atingindo a 45,0% do PIB em dezembro de 2009. Como já assinalado, como condicionantes macroeconômicas mais gerais deste crescimento, pode-se apontar o maior crescimento da renda e do produto (média de 4,8% em 2004-2008), uma certa redução na taxa nominal de juros, a estabilidade macroeconômica (resultando em uma volatilidade menor de variáveis macroeconômicas básicas, como taxa de câmbio e taxa de juros) e a mudança no perfil da dívida pública (que estimula uma mudança na estratégia de aplicações dos bancos, em direção ao crédito). Em particular na fase de crescimento mais acelerado do crédito (meados de 2003 até setembro de 2008), as características gerais do boom do crédito foram as seguintes: absorção (quase absoluta) do crédito pelo setor privado, liderança do segmento de crédito com recursos livres com predominância de um *funding* doméstico, e, por fim, o dinamismo maior dos bancos privados nacionais em relação aos demais bancos (públicos e estrangeiros). Como mostra o gráfico 4 o crescimento do crédito com recursos livres foi realizado fundamentalmente com recursos domésticos, tendo as linhas de crédito com recursos externos (Adiantamentos sobre contratos de câmbio -

<sup>8</sup> A exceção foi o contágio da crise mexicana no início de 1995, quando os bancos vinham compensando as perdas com o *floating* (imposto inflacionário ganho sobre os depósitos a vista) com o crescimento de sua oferta de crédito. A adoção de uma política monetária restritiva em tal contexto teve um forte impacto negativo sobre a carteira dos bancos, em função do forte aumento na inadimplência e diminuição na demanda por crédito. Esta situação levou o setor bancário a uma “quase” crise sistêmica.

<sup>9</sup> Como pode ser visto na Tabela 1, a relação dívida pública/PIB passou de 31,8% em 1997 para 44,5% em 1999 e 52,4% em 2003.

<sup>10</sup> Para um aprofundamento, ver Paula e Marques (2006).

<sup>11</sup> Segundo Rocha (2001, p.7) as principais medidas adotadas foram: (i) bancos insolventes passaram a ser assumidos por outras instituições; (ii) houve a regulamentação do Fundo Garantidor de Créditos<sup>11</sup>, com efeito retroativo ao início do Plano Real; (iii) foi majorado o capital mínimo para abertura de novos bancos, desestimulando este procedimento; (iv) foram expandidos os poderes do Banco Central no caso de intervenção da instituição financeira. Com estas medidas, mais um provisionamento de liquidez aos bancos feito pelo Banco Central e outros bancos federais, foi possível reverter o quadro de risco sistêmico no setor bancário brasileiro, sem problemas para os depositantes, evitando uma fragilização maior dos bancos brasileiros.

ACC, repasses externos, etc.) permanecido mais ou menos estável em 2002/2008<sup>12</sup>. De fato, a forte desvalorização cambial ocorrida ao final de 2002, ao aumentar o risco cambial, parece ter inibido empréstimos em moeda estrangeira em geral.

#### [Gráfico 4 aqui]

Todos os três segmentos por controle de capital participaram ativamente do boom recente de crédito: a relação crédito/PIB dos bancos públicos passou de 8,5% em abril de 2003 para 12,8% em setembro de 2008 e dos bancos estrangeiros de 5,2% para 8,0%, sendo que no caso dos bancos privados nacionais a relação dobrou de 8,3% para 16,6% no mesmo período. As operações de crédito com recursos livres<sup>13</sup> cresceram de 13,7% do PIB em abril de 2003 para 26,9% em setembro de 2008, enquanto que as operações com recursos direcionados tiveram uma relação crédito/PIB relativamente estável no período, ficando entre 8 a 9% em 2003/2005, e crescendo gradualmente até atingir 10% em março de 2008. O gráfico 5 mostra o crescimento do crédito com recursos livres a partir de meados de 2003 foi “puxado” fundamentalmente pelas operações para pessoa física, que cresceram celeremente de 5,2% do PIB em abril de 2003 para 10,0% em fevereiro de 2007, sendo que em maio de 2007 atingiu níveis semelhantes ao das operações para pessoa jurídica, que cresceram no mesmo período de 8,5% a 10,7% do PIB; de abril de 2003 a julho de 2007 as operações com pessoa física tiveram um crescimento de 207,7% enquanto as operações com pessoa jurídica cresceram 130,6%.

#### [Gráfico 5 aqui]

Perante a perspectiva de crescimento da renda e do mercado interno, os bancos reviram sua estratégia de expansão, passando a “apostar” na expansão do crédito, inicialmente no crédito a pessoa física, e posteriormente também no crédito a pessoa jurídica, estimulados tanto por uma maior demanda por crédito quanto por spreads ainda bastante elevados, especialmente no caso do spread relativo a pessoa física que inicialmente era bem maior do que para pessoa jurídica, o que tornava altamente atraente tais operações (gráfico 6). Acrescente-se que os empréstimos para pessoas físicas por serem de mais fácil avaliação por parte dos bancos, inclusive quanto às garantias (tendo como “colaterais” automóveis ou a própria folha de pagamento no caso do consignado). Já a partir de meados de 2007, a continuidade do crescimento econômico, agora determinado pelo crescimento do mercado interno, fez com que as decisões de produção e decisões de investimentos das empresas (ampliação de capacidade produtiva) se acelerassem, aumentando conseqüentemente a demanda por crédito corporativo, em parte atendida pelo setor bancário varejista (capital de giro) e em parte pelo BNDES (financiamento de longo prazo). Deste modo, observa-se que o crescimento das operações de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas cresceu 129,7% de junho de 2007 a setembro de 2009, contra um crescimento de 115,7% das operações com pessoas físicas no mesmo período.

#### [Gráfico 6 aqui]

No que se refere às operações de crédito por atividade econômica, observa-se que o destaque, como já assinalado, foram os empréstimos para pessoas físicas, cujo crescimento se acentua a partir de meados de 2004 (gráfico 7), passando a partir de meados de 2005 a responder por mais de 30% do total do crédito bancário. Em segundo e terceiro lugar vem as operações de crédito para indústria e “outros serviços” (inclui as áreas de infraestrutura – transporte, telecomunicações, etc.); esses dois ramos de atividades – indústria e outros serviços – tiveram um comportamento similar e passaram a crescer mais significativamente a partir de 2006. O crescimento do volume de crédito para indústria parece estar associado ao maior crescimento do produto industrial, que passou de um crescimento médio de 2,2% em 2005-2006 para 4,8% em 2007-2008<sup>14</sup>. O volume das operações de crédito para habitação ainda são bem baixos no Brasil, vindo a crescer mais recentemente, e é apontado com um dos ramos com grande potencial de crescimento para os bancos.

#### [Gráfico 7 aqui]

Quanto as modalidades de crédito com recursos livres, o gráfico 8 mostra que as operações de crédito para pessoa física e para pessoa jurídica se concentram em poucas linhas de crédito. Dentre as modalidades para pessoa física, destacam-se as operações de crédito pessoal – com forte crescimento ao longo do boom recente de crédito – e as operações para aquisição de veículos. Não é por acaso que os grandes bancos varejistas (Bradesco, Itaú, Unibanco, HSBC, entre outros) procuraram, no período recente, fazer aquisições de instituições financeiras especializadas no crédito ao consumidor e no financiamento de veículos, além de parcerias com grandes redes varejistas de comércio – casos das parcerias do Bradesco com Casas Bahia e do Itaú com o Pão de Açúcar, de modo a poderem explorar melhor o nicho da modalidade de crédito pessoal. Uma inovação institucional importante

<sup>12</sup> Cabe ressaltar que os valores das operações com recursos externos inflaram a partir de setembro de 2008 em função da desvalorização cambial.

<sup>13</sup> As operações com recursos livres incluem principalmente três tipos de operações: (i) operações contratadas com taxas de juros livremente pactuadas entre os mutuários e as instituições financeiras, sejam pré ou pós-fixadas ou flutuantes (chamadas de “recursos livres referenciais para taxa de juros”); (ii) cooperativas; e (iii) leasing.

<sup>14</sup> Conforme dados do IPEADATA.



relacionado ao crédito pessoal foi a criação do crédito consignado, com desconto em folha de pagamento, regulamentado pela Medida Provisória no. 130 (17/09/2003), e convertida na Lei no. 10.820, de dezembro de 2003. As operações com crédito consignado, com juros cobrados mais baixos do que nas outras operações de crédito pessoal dado o seu reduzido risco, cresceram rapidamente, de R\$ 9,6 bilhões em janeiro de 2004 a mais de R\$ 50 bilhões a partir de fevereiro de 2007, quando passou a perfazer a mais de 60% do crédito pessoal<sup>15</sup>. No que se refere ao crédito para aquisição de veículos, observa-se a predominância dos bancos privados, por meio de suas financeiras, com agentes e quiosques instalados frequentemente em revendedoras de automóveis.

#### [Gráfico 8 aqui]

No que tange as taxas de juros cobradas nas principais modalidades de crédito livre observa-se que as taxas em geral declinam após a crise de confiança ao final de 2002 e início de 2003, sendo tal redução mais acentuada nas operações de crédito onde há algum tipo de garantia – desconto na folha de pagamento no caso do empréstimo consignado, o próprio veículo no caso de empréstimos para aquisição de veículos e por vezes recebíveis no caso de empréstimos para capital de giro. Por outro lado, embora o volume das operações com conta garantida para pessoas jurídicas e cheque especial para pessoas físicas seja menor do que outras modalidades de crédito, como crédito pessoal e capital de giro, tais operações são bastante lucrativas, em função das elevadíssimas taxas de empréstimos – mais de 150% no caso do cheque especial e mais de 70% no caso da conta garantida (média de 2007) – e com um *turn-over* rápido em função da maturidade curta dessas operações. Mais surpreendente é o fato de que essas taxas não terem acompanhado a queda na taxa básica de juros e das demais taxas de empréstimos em 2006-2007, e terem se elevado mais significativamente em 2008 no quadro da crise financeira internacional e de adoção de uma política monetária mais apertada pelo Banco Central a partir de setembro de 2008 (justificada pelo BCB em função do risco de aceleração na inflação). Tal comportamento é explicado pela presença de assimetria de informações nessas modalidades de crédito: um banco tem mais informação sobre as características de seus clientes do que seus concorrentes, e devido aos problemas de seleção adversa torna-se muito difícil atrair clientes de boa qualidade (bons pagadores) sem que os benefícios e ofertas concedidos também atraiam clientes de baixa qualidade. Deste modo, as modalidades de crédito relacionadas à manutenção de contas bancárias, tais como cheque especial para pessoas físicas e conta garantida para pessoas jurídicas, têm taxas de juros bem mais elevadas do que substitutos próximos, como crédito pessoal e financiamento de capital de giro, pela dificuldade de transferir a bancos competidores seu histórico cadastral e reputação, resultando em situações em que os clientes estão presos (*locked in*) a suas instituições bancárias (Nakane, 2003, p.66), o que permite a adoção de práticas monopolistas por parte dos bancos.

#### [Gráfico 9 aqui]

Em que pese a redução da taxa de juros dos empréstimos (na realidade para níveis pré-crise de 2002-2003), as taxas de juros foram mantidas em níveis bastante elevadas – 43,7% a.a. nas operações com taxas prefixadas, 51,0% a.a. no crédito pessoal, 29,8% na aquisição de veículos e 29,4% no capital de giro (média do ano de 2007) – para justificar um crescimento tão acelerado na demanda por crédito. Uma possível explicação, além do próprio crescimento do produto e da renda, como já assinalado, e a existência de uma demanda reprimida por crédito (para aquisição de bens), é o significativo alongamento nos prazos das operações de crédito: em apenas três anos (de janeiro de 2005 para janeiro de 2008), o prazo médio do crédito para pessoa física aumentou de 195 dias para 308 dias, enquanto que para pessoa jurídica passou de 300 dias para 445 dias. No que se refere as principais modalidades de crédito, considerando o mesmo período, o prazo médio do crédito ao capital de giro elevou-se de 296 dias para 487 dias, do crédito pessoal de 299 dias para 475 dias e de aquisição de veículos de 472 dias para 594 dias (Gráfico 10).

#### [Gráfico 10 aqui]

Um dos principais canais de contágio da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, além dos efeitos diretos sobre os capitais de portfólio que afetaram diretamente o comportamento da bolsa de valores (BOVESPA), em função da participação importante de investidores institucionais estrangeiros neste mercado, foi o mercado doméstico de crédito. O mais imediato efeito da crise foi a redução nas operações de crédito que utilizam *funding* externo, como no caso do financiamento as exportações (ACC) e os repasses externos, impactando assim particularmente o crédito corporativo. Outro mecanismo de contágio foi a redução das operações de crédito entre fronteiras devido a realocação de portfólio dos bancos internacionais, em função de prejuízos em sua matriz e outras filiais. Por outro lado, a deterioração geral das expectativas em relação ao futuro (da economia mundial e seus impactos sobre a economia brasileira), em função do alastramento e profundidade da crise internacional, combinada com as incertezas relacionadas ao volume de perdas das firmas envolvidas em “derivativos tóxicos”, como ficaram conhecidas as operações com derivativos feitos por empresas exportadoras que apostavam na continuidade da apreciação cambial e assim estavam com uma posição vendida em moeda estrangeira, aumentou a

<sup>15</sup> Os bancos públicos, em especial o Banco do Brasil, têm uma participação importante no segmento de crédito consignado.



preferência pela liquidez dos bancos. A menor aversão ao risco dos bancos contribuiu para um forte represamento na liquidez no mercado interbancário (que afetou principalmente os bancos médios que têm um *funding* menos diversificado de recursos) e para uma contração no crédito doméstico, em particular no crédito corporativo<sup>16</sup>.

O governo respondeu prontamente com uma série de medidas contra-cíclicas, embora o BCB tenha mantido uma política monetária austera até final de 2008, o que provavelmente contribuiu para a desaceleração na taxa de crescimento do crédito doméstico em um momento que o contágio da crise alcançava celeremente a economia brasileira. Entre as medidas adotadas pelo governo relacionadas ao mercado de crédito bancário doméstico, destacam-se várias medidas para aliviar a restrição de liquidez, entre as quais redução nos requerimentos compulsórios sobre depósitos dos bancos e criação de incentivos para os bancos comprarem carteiras de créditos de bancos menores, que foram os mais afetados pela crise<sup>17</sup>. Ademais, houve uma decisão política de encorajar os grandes bancos públicos federais - BNDES, Banco do Brasil e CEF - de expandirem suas operações de crédito, atuando de forma contra-cíclica no mercado de crédito doméstico, e, no caso do Banco do Brasil e da CEF, de comprarem carteiras de créditos de bancos menores com problemas de liquidez<sup>18</sup>. Outras medidas anticíclicas foram adotadas pelo governo para estimular a demanda agregada da economia, como a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre veículos, vários bens duráveis e itens de construção e o aumento no período de duração no seguro desemprego, que embora não estejam diretamente relacionados ao mercado de crédito, o afetaram indiretamente, particularmente no que se refere aos seus efeitos sobre o crédito das famílias.

Uma inspeção nos dados nos permite aferir o contágio e a reação à crise financeira internacional sobre o mercado doméstico bancário. A desaceleração no crescimento do crédito atingiu mais fortemente o crédito corporativo, que, como visto, vinha de uma tendência de forte aceleração: a relação crédito para pessoas jurídicas sobre PIB cresceu apenas de 14,7% em outubro de 2008 para 15,3% em setembro de 2009, enquanto a crédito para pessoas físicas cresceu de 12,6% para 14,6% no mesmo período. A contração no crédito corporativo não foi maior devido a existência de uma inércia no mercado de crédito (existência de linhas de crédito pré-aprovadas, manutenção de relação cliente banco, etc.) e o fato de que a contração do volume do crédito com recursos externos não aparecer nos dados em função dos efeitos da desvalorização cambial inflando seus saldos<sup>19</sup>. O setor de atividade econômica mais atingido pela contração do crédito foi a indústria, justamente o setor que mais desacelerou durante o contágio da crise: a contração do produto industrial foi de -2,5% no 4º trimestre de 2008, -9,7% no 1º trimestre de 2009 e -8,5% no 3º trimestre de 2009. Além da desaceleração no crescimento do crédito livre, observa-se uma clara deterioração nas condições de oferta do crédito, tanto no que se refere as taxas de juros cobradas - a média das taxas prefixadas subiu de 48,6% em setembro de 2008 para 52,9% em dezembro de 2008 - quanto ao prazo médio das operações de crédito livre nas modalidades de crédito a pessoa física, que passou de 310 dias em setembro de 2008 para 270 dias em maio de 2009. Já a partir de março de 2009, quando começou a haver sinais que o pior da crise havia passado e que a economia iria de alguma forma reagir a crise com as medidas anticíclicas adotadas e com a implementação de uma política monetária mais frouxa pelo BCB, as taxas de juros prefixadas começaram a declinar, ainda que, conforme já assinalado, com uma desaceleração bem mais lenta no caso do cheque especial e da conta garantida em relação as demais modalidades.

Um fator contra-cíclico fundamental que evitou uma desaceleração maior no crédito foi o comportamento do crédito direcionado - operações com base em recursos compulsórios e nos fundos parafiscais e regionais, cujas taxas ativas são fixadas pelo Conselho Monetário Nacional<sup>20</sup> - e o já mencionado papel dos grandes bancos públicos federais, em função do seu peso no mercado bancário. Enquanto que o crédito a pessoa jurídica estagnou a partir de outubro de 2008, o crédito com recursos direcionados cresceu fortemente sua participação no crédito -

<sup>16</sup> Para um aprofundamento do efeito contágio da crise financeira internacional, ver IEDI (2009).

<sup>17</sup> Foram permitidos que os bancos deduzissem de seu compulsório sobre depósitos a prazo (70% contra 40% originalmente) os recursos usados para comprar carteiras de créditos de outros bancos.

<sup>18</sup> Esses bancos lideraram esse tipo de operação.

<sup>19</sup> Conforme mostra o gráfico 10 houve uma gradual redução no volume das operações de crédito com recursos externos ao longo de 2009, até mesmo em função da tendência a apreciação cambial que ocorre a partir de fevereiro.

<sup>20</sup> O crédito direcionado pode ser dividido em três categorias, de acordo com a natureza de seu *funding*: (i) depósitos bancários: 20% dos depósitos a vista e 40% da caderneta de poupança rural, destinados ao crédito rural; 65% dos depósitos da caderneta de poupança destinados ao financiamento habitacional; 2% dos depósitos a vista destinados ao microcrédito; (ii) fundos de natureza para-fiscal: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela CEF, destinado ao financiamento imobiliário e saneamento urbano; Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programa de Desenvolvimento Econômico (BNDES); (iii) Fundos de desenvolvimento regional - Fundo Constitucional do Nordeste (administrado pelo Banco do Nordeste), Fundo Constitucional da Amazônia (administrado pelo Banco da Amazônia) e Fundo Constitucional do Centro-Oeste (administrado pelo Banco do Brasil), destinados a programas de desenvolvimento das respectivas regiões; e Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), administrado pelo BNDES, com recursos do Orçamento Geral da União, com recursos destinados a empréstimos a FINEP (empresas de base tecnológica) e pequenas e médias empresas (Banco do Brasil e BNDES) e empresas dos setores de insumos básicos e bens de consumo (BNDES).

passando de 10,5% em setembro de 2008 para 14,0% em setembro de 2009, em função principalmente do aumento nas operações de crédito do BNDES. Em termos de participação relativa média no período 2002-2009, os empréstimos do BNDES responderam por 60,1% do total do crédito direcionado, enquanto que os empréstimos rurais e para habitação, respectivamente, responderam por 21,7% e 15,5%. Como será visto na seção seguinte, Banco do Brasil e CEF tem um papel preponderante no financiamento rural e no financiamento habitacional, respectivamente<sup>21</sup>. É interessante notar que embora o crédito direcionado tivesse uma tendência de crescimento a partir de 2007 – em função em especial do crescimento das operações de crédito do BNDES para financiamento do investimento que se acelerava a partir de então – ele tem um crescimento bem mais modesto em relação ao crédito livre no boom recente do crédito, vindo a se acelerar no período pós-crise, o que parece caracterizar ao menos no período analisado um papel contra-cíclico e não concorrente com o crédito livre. O papel contra-cíclico do crédito direcionado é mais evidente no caso dos empréstimos do BNDES e nos empréstimos habitacionais (gráfico 11).

#### [Gráfico 11 aqui]

Outro elemento contra-cíclico já mencionado foi o comportamento dos bancos públicos (principalmente os “gigantes” federais, BNDES, Banco do Brasil e CEF) no mercado de crédito, que como já mencionado vinham aumentando sua taxa de crescimento de empréstimos no boom do crédito (mas com crescimento abaixo dos bancos privados nacionais), mas que cresceram sobremaneira a partir de setembro de 2008, passando seu total de crédito de 12,8% do PIB neste mês para 18,0% em setembro de 2009, um acréscimo de mais de 5,0% do PIB em apenas 12 meses. Houve uma política deliberada por parte do governo federal brasileiro no sentido de que os bancos públicos federais tivessem um papel contra-cíclico na crise<sup>22</sup>. A análise mais detalhada dos bancos públicos é feita na próxima seção.

#### 4. Bancos públicos no ciclo recente do crédito

Como já assinalado na seção anterior, o ciclo recente de crédito no Brasil (2003-2008) teve a participação ativa dos três segmentos de controle de capital do setor bancário, sendo, contudo, o segmento mais dinâmico o dos bancos privados nacionais. Este teve um aumento na participação relativa no total do crédito do sistema financeiro de 38,9% em junho de 2004 para 44,0% em junho de 2008. Já a participação relativa do sistema financeiro estrangeiro ficou estável no período 2003-2009, ao redor de 20-22%. Este segmento, que conta com a participação mais importante do Santander, HSBC e Citibank, não sofreu grandes alterações de controle de capital para fora do próprio segmento. Por sua vez, o sistema financeiro público (incluindo BNDES, Banco do Brasil, CEF e demais bancos públicos) teve uma redução na sua participação relativa no total de crédito do sistema financeiro, passando de 39,1% em junho de 2003 para 34,7% em junho de 2008, mas tendo um forte crescimento após a crise, passando a 38,7% em junho de 2009 (gráfico 12).

#### [Gráfico 12 aqui]

De modo geral, a onda de fusões e aquisições bancária ocorrida em 2007-2008 se deu no interior de cada segmento por controle de capital. Evidentemente, tais aquisições fortalecem a estratégia de crescimento futuro dos grandes bancos varejistas, como Banco do Brasil, Itaú e Santander. Em 2007, o espanhol Santander adquiriu o holandês ABN-Amro Real, então o maior banco estrangeiro no Brasil e 5º maior banco no ranking de ativos. Em 2008, o Banco do Brasil incorporou o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e Banco do Piauí (BEP) e adquiriu o Nossa Caixa, todos bancos públicos estaduais. Esta última aquisição foi particularmente importante, já que o Nossa Caixa era em 2008 o 9º maior banco brasileiro, com uma fatia de mercado de quase 2,0% do total de ativos do setor bancário e presença forte no estado mais rico brasileiro, Estado de São Paulo<sup>23</sup>. Finalmente ao final de 2008 o Itaú, então o 2º maior banco brasileiro, efetuou uma fusão com o banco Unibanco, o 6º maior banco do país.

Analisando a carteira de crédito do sistema financeiro por segmento de controle de capital, observa-se diferenças importantes na distribuição do crédito por atividade econômica por parte dos bancos privados e bancos públicos (gráficos 13, 14 e 15). Não há diferenças significativas entre o portfólio do sistema financeiro privado nacional e do sistema financeiro estrangeiro. Em ambos, há predominância do crédito para pessoa física, secundado pelo crédito para indústria, outros serviços e comércio, ainda que o crédito para “outros serviços” tenha uma

<sup>21</sup> Portanto, há uma sobreposição entre crédito direcionado e empréstimos dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e CEF), embora, como será visto a seguir, o crescimento dos empréstimos dos bancos públicos tenha sido maior do que do crédito direcionado, o que sugere que tal crescimento se deu também no crédito livre desses bancos (Banco do Brasil e CEF).

<sup>22</sup> Isto levou inclusive o governo federal a substituir em abril de 2009 o então Presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, por Aldemir Bendine, mais afinado com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

<sup>23</sup> A Medida Provisória 443 autorizou o Banco do Brasil, pela primeira vez em sua história, a comprar participação de bancos e outras instituições financeiras.

importância relativa maior para os bancos estrangeiros. Acompanham, assim, as principais tendências na evolução recente no crédito com recursos livres, tal como mostrado na seção anterior.

[Gráfico 13 aqui]

[Gráfico 14 aqui]

Já no caso dos bancos públicos (incluindo o BNDES) predomina o crédito para indústria, seguido de outros serviços, pessoas físicas e rural; o crédito habitacional tem uma importância maior do que no segmento dos bancos privados. Contudo, tal composição está fortemente influenciada pela presença do BNDES neste segmento, tendo em vista a forte concentração da carteira do BNDES no setor industrial e em infra-estrutura econômica (que faz parte do setor de atividades “outros serviços”). Daí a importância de se observar separadamente a carteira de crédito de cada um dos grandes bancos públicos federais, em função das particularidades de cada um: o BNDES é tipicamente um banco de desenvolvimento, que não capta recursos junto ao público, tendo como *funding* principal os recursos do FAT, de natureza parafiscal, transferências do Tesouro Nacional e os retornos de suas operações ativas. Logo, não concorre diretamente com os outros bancos varejistas. O Banco do Brasil e a CEF, por seu turno, são bancos varejistas, pois captam recursos sob a forma de depósitos (a vista, poupança e a prazo), e realizam empréstimos para pessoas físicas e pessoas jurídicas e, assim, concorrem diretamente com os demais bancos. Mas como será visto seguir há diferenças na composição da carteira de empréstimos desses bancos em relação aos demais, em função da importância que eles têm em determinados segmentos do crédito direcionado.

[Gráfico 15 aqui]

No caso do Banco do Brasil (BB), observa-se uma carteira diversificada de crédito, ainda que o crédito habitacional tenha uma presença quase nula. Predomina em seu portfólio o crédito rural, modalidade no qual o banco tem tradicionalmente forte presença no financiamento do custeio, comercialização e investimento, com participação de mais de 50% no total da concessão do crédito rural, aproveitando a capilaridade de sua rede de agências no país e o uso de recursos direcionados (fiscais e parafiscais)<sup>24</sup>. De fato, predomina no sistema de crédito rural os bancos públicos, já que são eles que operam os repasses dos Fundos Constitucionais, que contam com a equalização de juros. Esta modalidade, com participação de mais de 35% na composição do crédito do BB até 2005, teve uma forte redução relativa em 2006-2008, o parece evidenciar que o banco tem procurado privilegiar outras modalidades mais lucrativas de crédito, no contexto de uma lógica privada de rentabilidade que vem ganhando espaço dentro da estratégia gerencial do BB. A indústria é o segundo setor de atividade mais importante na carteira de crédito do BB, com média de 26,4% em 2003-2008, mas crescendo participação a partir de 2006, até atingir mais de 30% das operações de crédito em 2008 (tabela 8). Segundo Carneiro et al (2009b) o banco é líder como repassador de recursos do BNDES para a indústria, o que parece indicar não somente que tais operações têm peso importante nas concessões para o setor, como também que tal participação é mais elevada do que nos demais bancos. Em particular, o banco tem procurado expandir a sua atuação no crédito corporativo, atuando não somente na faixa de pequenas e médias empresas, como também no segmento de grandes empresas (*corporate*). Em terceiro lugar, destaca-se o crédito para pessoa física (média de 18,5%), setor de atividade no qual predomina no caso do banco a modalidade de crédito pessoal, com importante participação nesta do crédito consignado, e, em menor grau, o cheque especial. O valor de crédito para aquisição de veículos – tanto em termos absolutos quanto relativos – é pequeno no BB, ainda que recentemente há um esforço de aumentar o seu *market share* neste mercado<sup>25</sup>.

**Tabela 2: Banco do Brasil – operações de crédito por setor de atividade (%)**

Sector	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2003-08
Pessoa física	17,4	18,4	17,8	17,9	19,4	19,9	18,5
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria	25,1	22,8	24,2	27,2	28,7	30,1	26,4
Comércio	10,6	11,9	11,8	11,1	11,8	11,6	11,5
Outros serviços	11,2	10,6	10,0	11,7	11,9	13,9	11,6
Rural	35,6	36,4	36,2	32,1	28,2	24,4	32,1
Total setor privado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Carneiro et al (2009b, p.284).

Na carteira de crédito da Caixa Econômica Federal (CEF), por sua vez, predomina em larga medida os empréstimos habitacionais, em média 57,6% do total do crédito em 2003-2008. A CEF é o mais importante captador de recursos sob a forma de cadernetas de poupança no Brasil – em 2008 esses depósitos representavam 55,9% do total de depósitos captados pelo banco (dados do BCB) – que são usados como o principal *funding* para empréstimos imobiliários. Além disto, a CEF opera com recursos do FGTS para financiamento de programas em

<sup>24</sup> Segundo Carneiro et al (2009a, p. 154), predomina no crédito rural, como fonte de recursos, os recursos direcionados (entre 96 a 97%). Além dos recursos obrigatórios, da poupança rural e dos recursos livres, o crédito rural conta com recursos do Tesouro, dos fundos constitucionais (FCO, FNDE e FNO), do FAT, recursos do BNDES, dos governos estaduais, recursos externos e do Fundo de Defesa da Economia Cafeira (FUCAFE).

<sup>25</sup> Neste sentido, a aquisição de 50% do capital social do Votorantim no início de 2009, banco com forte penetração nesta modalidade de crédito, parece ter um papel crucial.

habitação. Em segundo lugar, a participação mais importante (22,5%) é do crédito para pessoa física, onde, tal como no Banco Brasil, predomina largamente a modalidade de crédito pessoal e cheque especial. A participação relativamente importante de “outros serviços” (13,8% em média) se deve ao fato de que a CEF opera diversos programas de desenvolvimento urbano (como saneamento básico e transporte urbano) voltados para governos estaduais e municipais. A importância da CEF no provimento de crédito ao setor industrial é bem pequena (3,5%), ainda que mais recentemente este banco tenha procurado fazer um esforço de estruturar operacionalmente a área de crédito corporativo. Em 2008 a importância maior desta área de atividade se deve tanto ao empréstimo concedido no final do ano a Petrobrás quanto à aquisição de carteiras de créditos de instituições bancárias de médio porte especializadas no chamado *middle market*.

**Tabela 3: CEF – operações de crédito por setor de atividade (%)**

Setor	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2003-08
Pessoa física	20,7	24,3	26,5	23,2	21,1	19,4	22,5
Habitação	63,6	57,9	52,9	56,3	59,8	55,4	57,6
Indústria	1,5	2,0	2,8	3,5	3,3	8,0	3,5
Comércio	1,8	2,5	3,2	3,4	2,6	1,2	2,5
Outros serviços	12,3	13,4	14,5	13,6	13,2	16,0	13,8
Rural	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total setor privado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de Carneiro et al (2009b, p.285).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem tido tradicionalmente um papel fundamental no provimento do crédito de longo prazo da economia brasileira, em particular no financiamento do investimento. É importante destacar que o autofinanciamento das empresas (a partir de lucros retidos) é ainda a maior fonte de financiamento das empresas brasileiras – segundo estimativa de Torres Filho et al (2008, p.3) esta forma de financiamento respondeu em média por cerca de 44% do financiamento de 130 empresas de capital aberto. De acordo com o gráfico 13, o financiamento de longo prazo do BNDES, medido pelos desembolsos para indústria e infra-estrutura, respondeu em média por 32% do financiamento de longo prazo da economia brasileira, tendo sua participação crescido a partir de 2005, atingindo em 2007 quase 50% do total de financiamento (gráfico 16). O forte crescimento dos desembolsos do BNDES para indústria e infra-estrutura em 2008 e 2009 (gráfico 17) muito provavelmente resultou numa participação significativamente maior do BNDES no financiamento de longo prazo, sobretudo se considerarmos a forte retração no mercado de títulos corporativos privados (ações e debêntures) em 2008. De modo geral, todas as fontes privadas de financiamento de longo prazo – emissões primárias de ações, debêntures e captações externas - cresceram seus valores em 2004-2006, mas caindo em 2007 em relação ao ano anterior.

#### [Gráfico 16 aqui]

Os desembolsos do BNDES aumentaram significativamente em 2005-2009, passando de R\$ 56,5 bilhões em 2005 para R\$ 69,8 bilhões em 2007 (um crescimento real médio de 14,6% em 2004-2006), R\$ 69,8 bilhões em 2007, R\$ 89,6 bilhões em 2008 e R\$ 136,4 bilhões em 2009<sup>26</sup>. Particularmente o crescimento nos desembolsos do BNDES de 2008 para 2009 foi de 52,2%, isto é, em apenas um ano. Como já visto, o BNDES teve um papel fundamental e determinante no comportamento contracíclico do crédito direcionado em 2008-2009, evitando uma contração maior em decisões de planejamento em curso em função de uma escassez de financiamento. O gráfico 14 mostra que o crescimento nos desembolsos do BNDES em 2005 até meados de 2008 resultou tanto de operações diretas (diretamente realizada pelo banco ou através de mandatário) quanto através de repasses (operadas através de instituições financeiras credenciadas, que se encarregam da análise de viabilidade dos projetos e assumem os riscos da operação) que cresceram mais ou menos em linha no período, ainda que o volume das operações com repasse tenha sido maior no período. A partir de setembro de 2008, entretanto, o financiamento direto passa a crescer mais do que os repasses, atingindo R\$ 155,7 bilhões em dezembro de 2009 contra R\$ 124,6 bilhões dos repasses. As principais linhas de apoio de financiamento do BNDES são, por ordem de importância de valores, BNDES-exim (financiamentos à exportação de bens e serviços para pré e pós-embarque), FINEM (financiamentos de valor superior a R\$ 10 bilhões para realização de projetos de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais ou sem simular nacional) e FINAME (financiamento, através de instituições financeiras credenciadas, para aquisição de máquinas e equipamentos novos)<sup>27</sup>. O BNDES-exim predominou entre 2003 e 2006, período no qual a economia foi puxada pelo forte dinamismo das exportações, enquanto que as outras modalidades,

<sup>26</sup> Dados deflacionados pelo IGD-DI para dezembro de 2009.

<sup>27</sup> Tais linhas de financiamento responderam por 77% do total de financiamento do BNDES em 2008.

particularmente o FINEM, cresceram a partir de 2007, período no qual a taxa de investimentos se acelerou sobremaneira em função do forte crescimento do mercado doméstico<sup>28</sup>.

#### [Gráfico 17 aqui]

Analisando os desembolsos do BNDE por setor de atividade (gráfico 12), observa-se a forte predominância do setor industrial<sup>29</sup> e do setor de infra-estrutura (principalmente, eletricidade e gás, e telecomunicações), que tiveram uma participação relativa média de 46,2% e 32,7%, respectivamente, no total dos desembolsos no período 2000-2009, tendo ambos crescidos a partir de 2005 e particularmente em 2008-2009 (gráfico 8). Os desembolsos no setor industrial e em infra-estrutura praticamente duplicaram de 2007 para 2009, passando de R\$ 28,4 bilhões e 26,1 bilhões em 2007 para R\$ 63,5 bilhões e R\$ 44,5 bilhões em 2009, respectivamente. A modalidade “outros serviços” (exclusive infra-estrutura e comércio) cresceu em 2008-09, mas mantendo-se bem abaixo do setor industrial e de infra-estrutura.

#### [Gráfico 18 aqui]

Analisando-se o gráfico 15, fica claro que o BNDES não só permaneceu na sua função tradicional de banco de fomento ao setor industrial e à infra-estrutura econômica, como também tem sido um agente de financiamento que tem apoiado principalmente empresas de grande porte, seja voltada para o mercado externo seja para o mercado doméstico. De fato, os desembolsos do BNDES para empresas de grande porte tiveram uma participação em média de 76,1% do total dos desembolsos em 2000-2009, enquanto que aqueles para empresas de pequeno e médio porte a média foi de 15,7%.

#### [Gráfico 19 aqui]

## 5. Conclusão

A oferta de crédito é causa e consequência do crescimento econômico, já que propicia uma maior elasticidade no crescimento dos gastos dos agentes (firmas e famílias), antecipando poder de compra novo, mas ao mesmo tempo o próprio crescimento do produto e da renda acaba, pelo lado da demanda, por estimular o crescimento do crédito. Países emergentes, como o Brasil, com mercados financeiros incompletos e marcado pela instabilidade econômica, o crescimento do crédito privado estimula as decisões dos gastos dos agentes, através do aumento do crédito pessoal, crédito para aquisição de veículos e crédito para capital de giro das empresas, mas não parece atender determinadas modalidades específicas do crédito, de maior risco e/ou de horizonte temporal mais dilatado, como é o caso do financiamento do investimento e do financiamento agrícola. No caso do Brasil, tais modalidades – e mais recentemente também o financiamento as exportações – têm uma participação fundamental dos bancos públicos, em especial os grandes bancos federais.

Vimos, inicialmente, neste paper, que a reestruturação que ocorreu no setor bancário no período pós-Real, onde inicialmente os bancos públicos, devido principalmente a privatização de bancos estaduais, perderam *market share* para os bancos privados, vindo posteriormente, no quadro do contágio de crise de 2008, a desempenhar um importante papel contra-cíclico na economia. Este papel se deve ao fato de que os bancos públicos, apesar da perda de *market share*, ainda têm um peso importante na economia brasileira, e ainda do fato que mesmo no período pré-crise os bancos públicos federais passaram por um processo de reestruturação operacional e já vinham crescendo suas operações de crédito.

Este artigo analisou em particular as tendências gerais da evolução recente do crédito no Brasil. No período 1995-2003, a instabilidade econômica de uma economia sujeita a choques externos, o comportamento a la *stop and go* da economia brasileira e a tendência a semi-estagnação ensejaram um ambiente pouco propício ao desenvolvimento do mercado de crédito. Assim, a oferta de crédito declinou fortemente no período, atingindo em 2003 um patamar de apenas 23% do PIB. O volume de crédito não só reduziu como também predominou o crédito de curto prazo. A opção por aplicação em títulos públicos indexados proporcionava aos bancos comporem seu portfólio combinando liquidez e rentabilidade. Este período foi marcado também por mudanças estruturais importantes, como a privatização de bancos estaduais e entrada de bancos estrangeiros.

Já em 2004-2008, o maior crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica, ao reduzir os riscos da atividade bancária, estimularam o crescimento da oferta de crédito, passando rapidamente de 23% em abril de 2003 para mais de 30% do PIB em 2007. Ainda que os bancos públicos tenham crescido sua carteira de crédito no período, o boom do crédito foi liderado pelos bancos privados nacionais e pelo crédito com recursos livres. As modalidades que mais cresceram foram crédito pessoal, aquisição de veículos e capital de giro das empresas. O crédito direcionado (BNDES, rural e habitacional) cresce no período bem abaixo do crescimento do crédito com

<sup>28</sup> Segundo Carneiro et al (2009, p.23), o BNDES-exim teve uma participação de 40,6% em 2000-2009 (junho), seguido do FINEM (33,5%) e FINAME (12,2%).

<sup>29</sup> No setor industrial, destacam-se as seguintes áreas de atividade: petróleo e combustível, outros equipamentos, produtos alimentícios, veículos e carroceria, metalurgia, celulose e papel.

recursos livres, ainda que desde 2007 o BNDES viesse aumentando sua oferta de crédito, para atender a maior demanda para financiamento do investimento (indústria e infra-estrutura, principalmente), cuja taxa começava a se acelerar, em função do próprio crescimento da economia. No quadro do contágio da crise financeira, a partir de setembro de 2008, tanto o crédito direcionado quanto a oferta de crédito dos bancos públicos cresceram bastante, atenuando a desaceleração no crédito dos bancos privados e no crédito livre (em particular no crédito corporativo). Banco do Brasil e CEF compraram carteiras de crédito de outros bancos, atenuando os problemas de restrição de liquidez do setor bancário, e o BNDES aumentou significativamente seus desembolsos em 2008 e 2009, caracterizando um papel contracíclico que foi uma das peças fundamentais na política de combate a crise do governo federal.

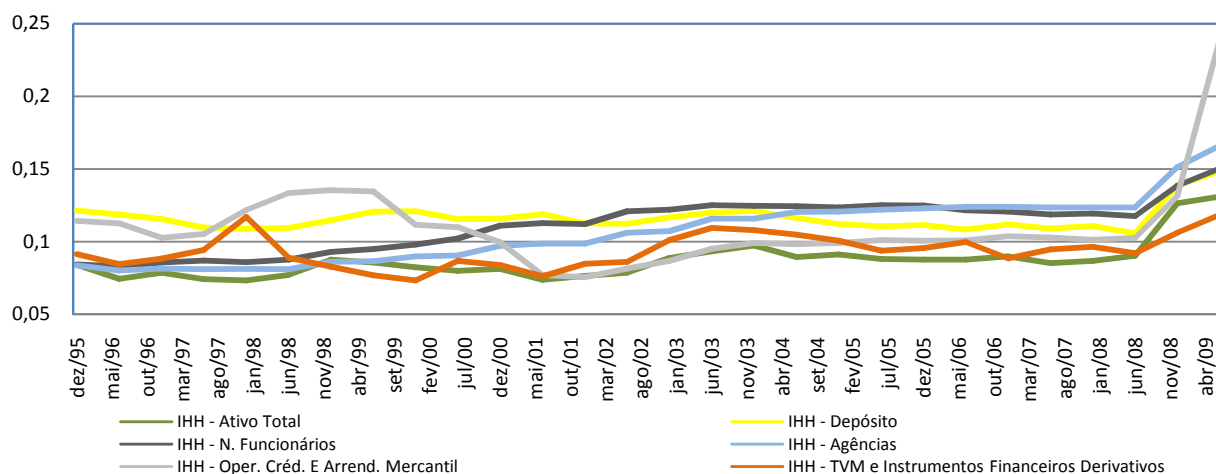
Em conclusão, o artigo procurou mostrar que os bancos públicos cumprem um papel diferenciado no atendimento a certas modalidades de crédito (investimento, rural e habitacional, principalmente) e tiveram um papel contracíclico fundamental no contágio da crise financeira recente sobre a economia brasileira. Esse resultado específico mostra a importância de se ter bancos públicos competitivos e inseridos dentro de um contexto estratégico de política econômica, de forma que suas ações são complementares à atuação da autoridade monetária. Isto porque, em um ambiente de forte incerteza no qual o crédito se contrai abruptamente, não apenas uma política monetária expansionista é importante para gerar a liquidez necessária ao sistema, mas também a atuação dos bancos públicos, uma vez que suas ações modificam o *market share* do setor e, portanto, em última análise, impactam a lucratividade e performance dinâmica dos demais bancos. Ou seja, quando Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal ampliam suas operações de crédito no auge da crise, a ampliação de *market share* oriunda de tal expediente além de constituir importante instrumento contra-cíclico à disposição do governo, impacta a rentabilidade futura dos demais bancos. Isto porque em um setor com notada presença de economias de escala a participação relativa no mercado é uma importante variável estratégica. Nesse sentido, os bancos públicos funcionam como uma locomotiva do setor puxando e forçando a ampliação de crédito por parte dos demais bancos.

#### Referências bibliográficas:

- Amado, A. (1997). A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. *Estudos econômicos*, v.27, n.3, p.417-40, 1997.
- Amado, A. (1998). Moeda, Financiamento, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual: a perspectiva pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, jan./mar.
- Barros, J. R. M.; Almeida Jr., M. F. (1997). *Análise do Ajuste do Sistema Financeiro Nacional*. Ministério da Fazenda, Brasília.
- Baumol, W.J.; Panzar, J.C; Willig, R.D. (1982), *Contestable Markets and The Theory of Industry Structure*, New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- Benston, G. "Economies of Scale and Marginal Costs in Banking Operations." *National Banking Review* 2. (June), 507-49.
- Benston, G.; Hanweck, G.; Humphrey, D. (1982)" Scale Economies in Banking: A Restructuring and Reassessment." *Journal of Money, Credit and Banking*. 14 (November), 435-56.
- Berger, A.N.; Hanweck, G.A; Humphrey, D.B. (1987). Competitive viability in banking: scale, scope, and product mix economies. *Journal of Monetary Economics*. 20, 501-520.
- Berger, A.N. and D.B. Humphrey (1991). The dominance of inefficiencies over scale and product mix economies in banking. *Journal of Monetary Economics*. 28, 117-148.
- Carneiro, R.M., Prates, D.M., Freitas, M.C.P., e Biancareli, A.M. (2009a). Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos. Subprojeto Mercado de Crédito Bancário – Primeiro Relatório. Campinas: FECAMP.
- Carneiro, R.M., Prates, D.M., Freitas, M.C.P., e Biancareli, A.M. (2009b). Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos. Subprojeto Mercado de Crédito Bancário – Segundo Relatório. Campinas: FECAMP.
- Crocco, M. A.; Cavalcante, A.; Castro, C. (2005). The behaviour of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brasil. *Journal of Post Keynesian Economics*. Nova York, v. 28, n. 2, p. 217-240.
- Crocco, M. e JAYME JR. (2006). O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: Crocco, M. ; Jayme Jr., F. (org). *Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Farias, R. (2006). *Atuação Estatal e a Privatização do Setor Elétrico Brasileiro*. Dissertação (Mestrado de Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília.
- IEDI (2009). "A crise internacional e a economia brasileira: o efeito-contágio sobre as contas externas e o mercado de crédito em 2008", mimeo. São Paulo: IEDI, abril.

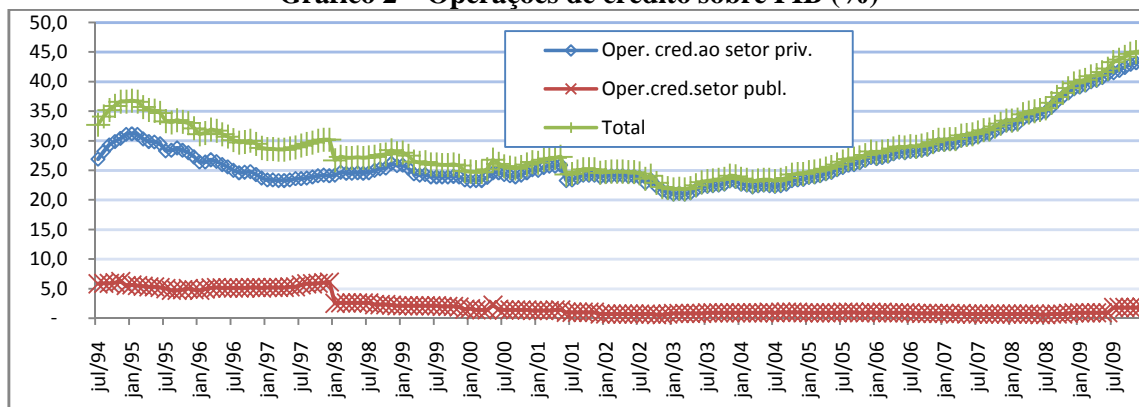
- Iudicibus, S.; Martins, E.; Gelbke, E. R.(2003). Manual de contabilidade das sociedades por ações. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- IMF – International Monetary Fund (2009). *International Financial Statistics*. IMF: Washington.
- Jappelli, T. ; Pagano, M.. (1993). Information sharing in Credit Markets. *Journal of Finance* 48(5): 1693-1718.
- Jappelli, T.; Pagano, M. (2000). Information sharing in Credit Markets: A Survey. University of Salerno: CSEF Working Paper no. 36, March.
- Jappelli, T. ; Pagano, M.. (2002). Information Sharing, Lending and Defaults: Cross-Country Evidence.” *Journal of Banking and Finance* 26 (10) (October): 2017-2045.
- Keynes, J.M. (1936). “A Teoria Geral do Juro do Emprego e da Moeda”. São Paulo: Atlas, 1992. [Edição Original: 1936]
- Kolari, J.; Zardkoohi, A. (1987). “Bank Cost, Structure and Performance”. Lexington Books, Lexington MA.
- Loyola, G. (1993). “Bancos Públicos Estaduais – origem da questão BE’s e perspectivas do setor” .In Série Pronunciamentos, No. 6, Banco Central do Brasil, Brasília.
- Miller, M. J. (2003). “Credit Reporting Systems around the Globe: The State of the Art in Public Credit Registries and Private Credit Reporting Firms”. *Credit Reporting Systems and the International Economy*. Margaret J. Miller, Ed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- McIntosh, C.; Wydick, B.. (2004). “Competition and Microfinance”. Working Paper, University of California at San Diego/University of San Francisco.
- Nakane, M. (2003). “Concorrência e spread bancário: uma revisão da evidência para o Brasil”. In *Banco Central do Brasil, Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 4 Anos do Projeto*, pp. 58-67. Brasília: Banco Central do Brasil.
- Oreiro, J.L.C.; Basilio, F. (2009). “A Crise Financeira Brasileira: uma análise a partir do conceito de fragilidade financeira a la Minsky”. *Revista de Economia Política*.V. 29, pp. 146-148.
- Paula, L.F. (1999). “Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não-convencional”. *Revista Brasileira de Economia*, 53(3): 136-142.
- Paula, L.F. e A.J.Alves Jr (2003). “Banking behaviour and the Brazilian economy after the Real Plan: a Post Keynesian approach”. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review* no. 227, pp. 337-365, December.
- Paula, L.F., A.J.Alves Jr e M.B.L.Marques (2001). “Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)”. *Estudos Econômicos*, v. 31, n. 2, pp. 286-319.
- Paula, L.F. e Marques, M.B.L. (2006). “Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil”, *Análise Econômica*, 24 (45): 235-266.
- Rigolonm F.; Giambiagi, F. (2000). “Renegociação das dívidas estaduais: um novo regime fiscal ou a repetição de uma antiga história?”. BNDES, Rio de Janeiro.
- Rocha, F. (2001). “Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994-2000”. Banco Central do Brasil. Brasília. *Notas Técnicas*, n. 11. 39 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso: ago, 2002.
- Silva, T.L; Jorge Neto, P.M. (2002). “Economia de Escala e Eficiência nos Bancos Brasileiros Após o Plano Real”. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, V. 32, No. 4.
- Torres Filho, E., Borça Júnior, G. e Nascimento, M.M. (2008). “Autofinanciamento e BNDES sustentam o atual ciclo de investimentos no Brasil”. *Visão do Desenvolvimento* n.51, Agosto.

**Anexo**  
**Gráfico 1: IHH do setor bancário brasileiro**



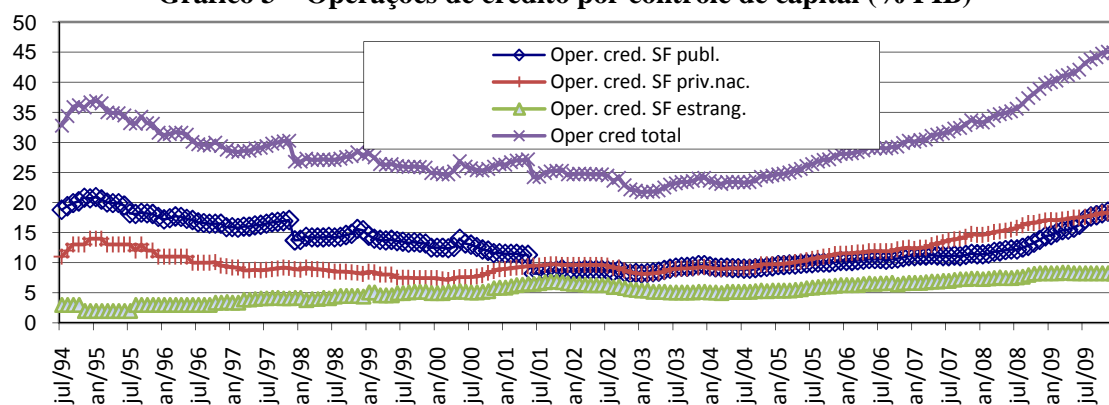


**Gráfico 2 – Operações de crédito sobre PIB (%)**



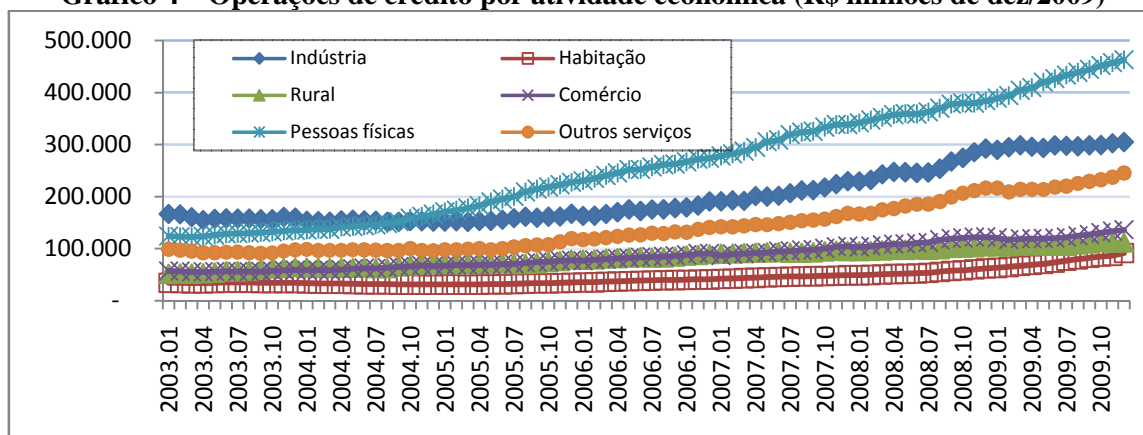
Fonte: Banco Central do Brasil.

**Gráfico 3 – Operações de crédito por controle de capital (% PIB)**



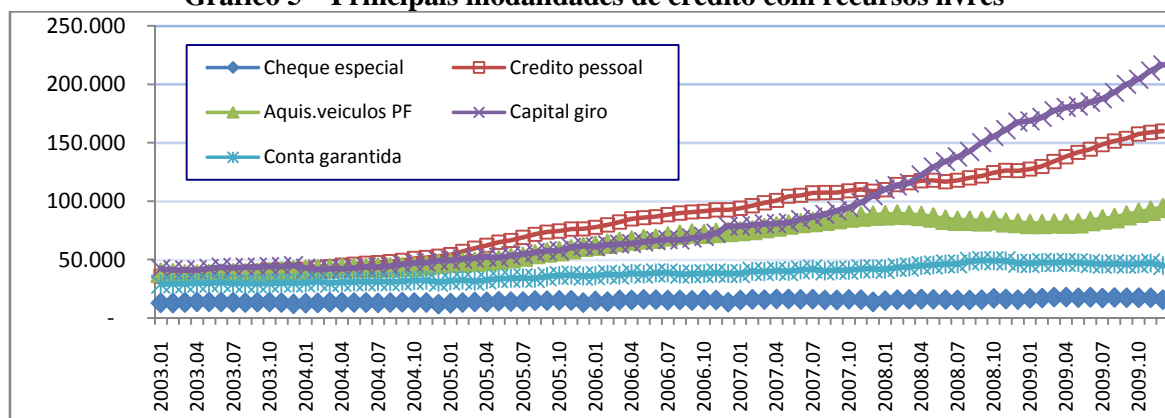
Fonte: Banco Central do Brasil. Dados do SF público incluem BNDES.

**Gráfico 4 – Operações de crédito por atividade econômica (R\$ milhões de dez/2009)**



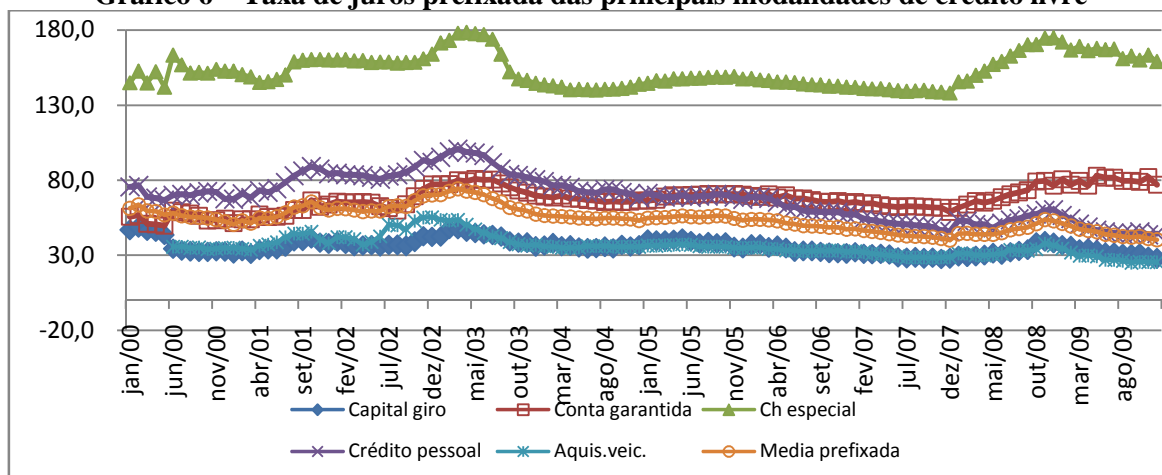
Fonte: Banco Central do Brasil. Dados deflacionados pelo IGP-DI.

**Gráfico 5 – Principais modalidades de crédito com recursos livres**



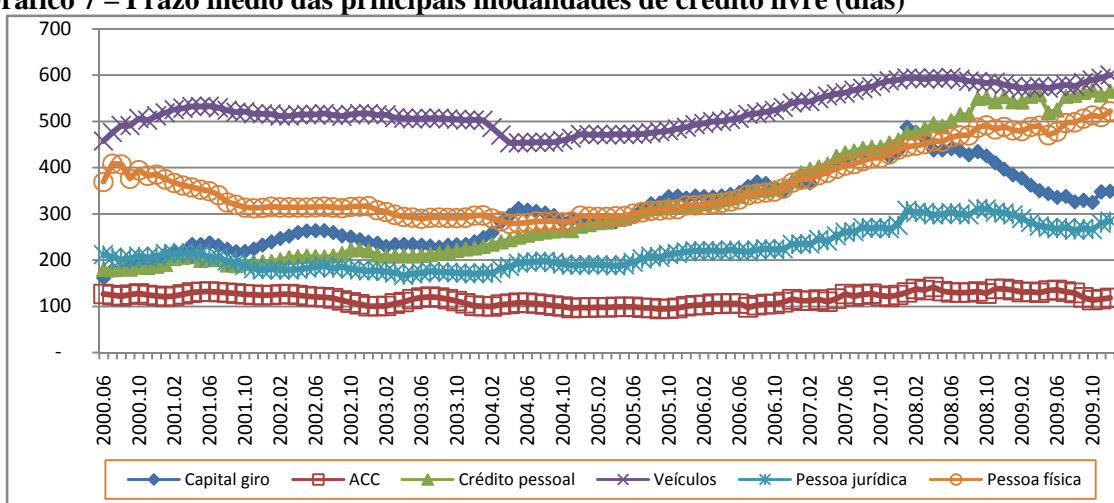
Fonte: Banco Central do Brasil. Valores em R\$ milhões de dez/2009 deflacionados pelo IGP-DI.

**Gráfico 6 – Taxa de juros prefixada das principais modalidades de crédito livre**



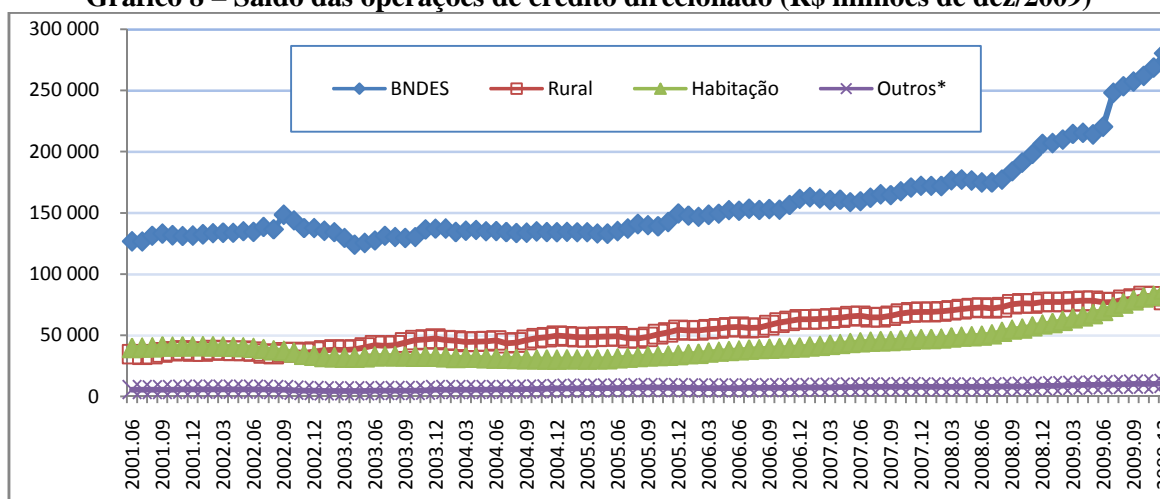
Fonte: Banco Central do Brasil.

**Gráfico 7 – Prazo médio das principais modalidades de crédito livre (dias)**



Fonte: Banco Central do Brasil

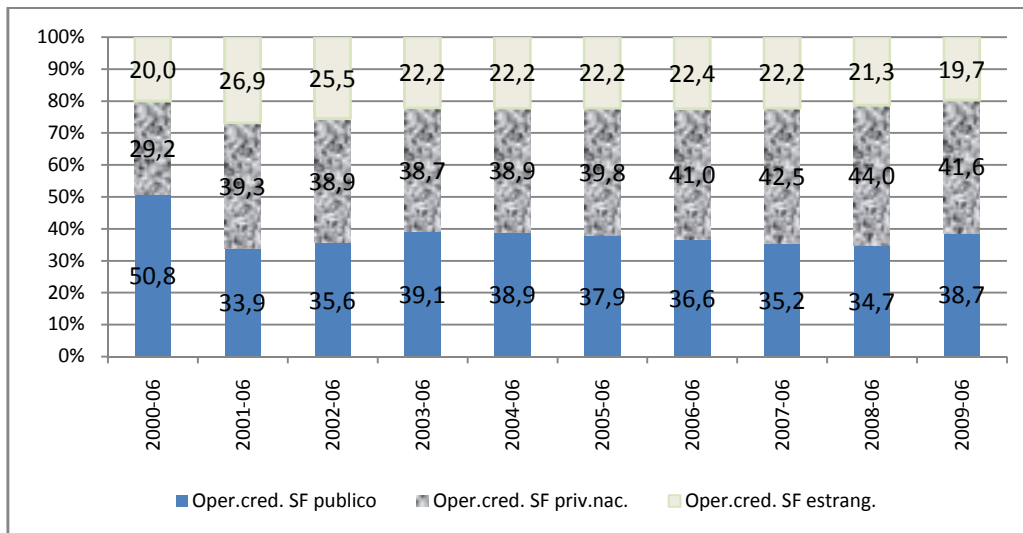
**Gráfico 8 – Saldo das operações de crédito direcionado (R\$ milhões de dez/2009)**



Fonte: Banco Central do Brasil. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

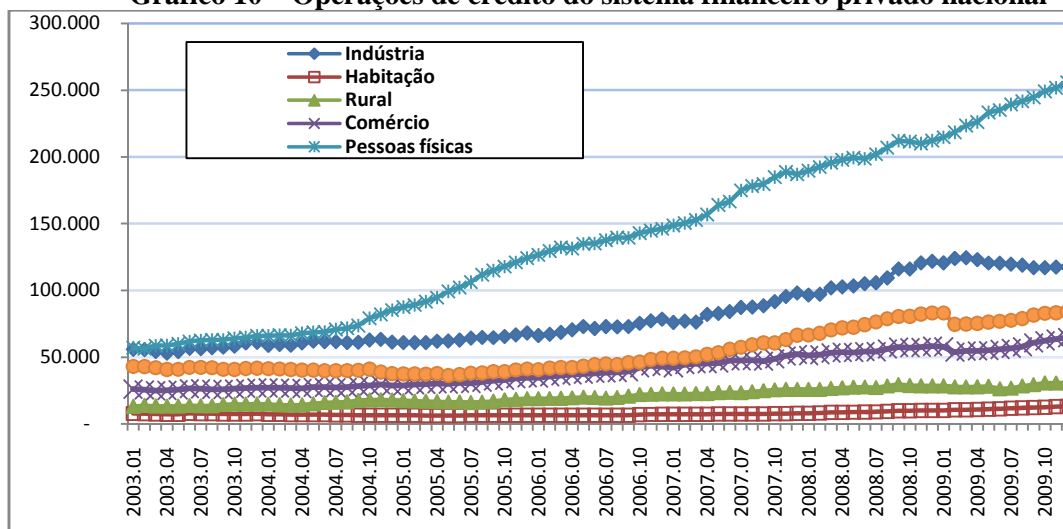
(\*) “Outros” inclui financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e créditos dos bancos de desenvolvimento e de agências de fomento.

**Gráfico 9 – Operações de crédito por controle de capital (% relativa)**



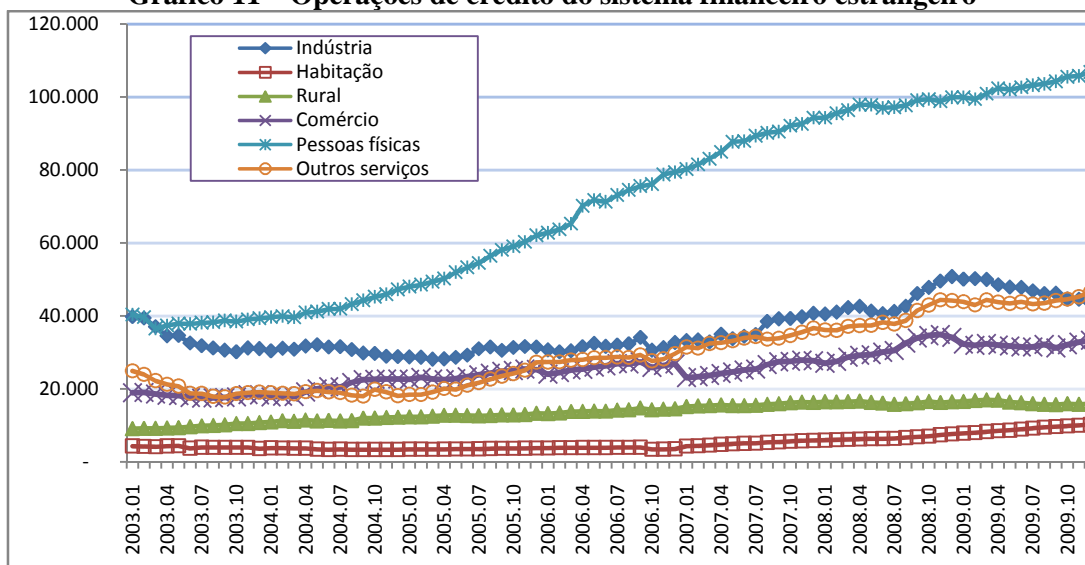
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

**Gráfico 10 – Operações de crédito do sistema financeiro privado nacional**



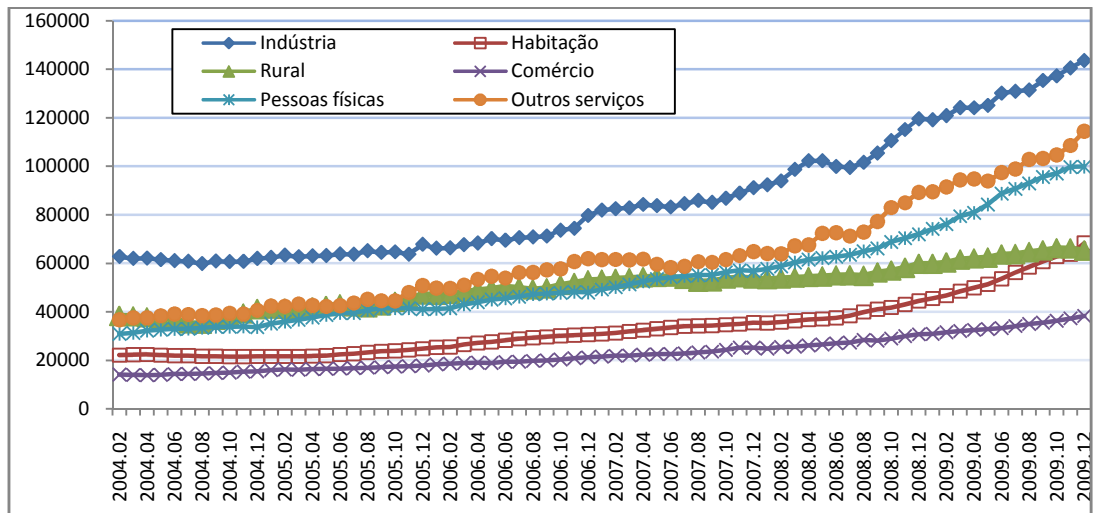
Fonte: Banco Central do Brasil. Valores em R\$ milhões de dez/2009 deflacionados pelo IGP-DI.

**Gráfico 11 – Operações de crédito do sistema financeiro estrangeiro**

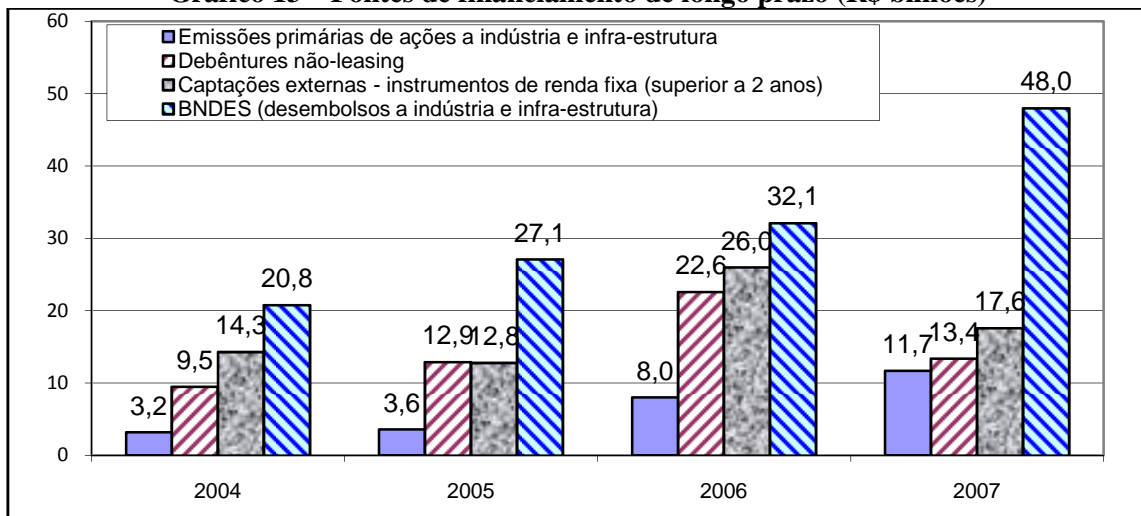


Fonte: Banco Central do Brasil. Valores em R\$ milhões de dez/2009 deflacionados pelo IGP-DI.

**Gráfico 12 – Operações de crédito do sistema financeiro público**

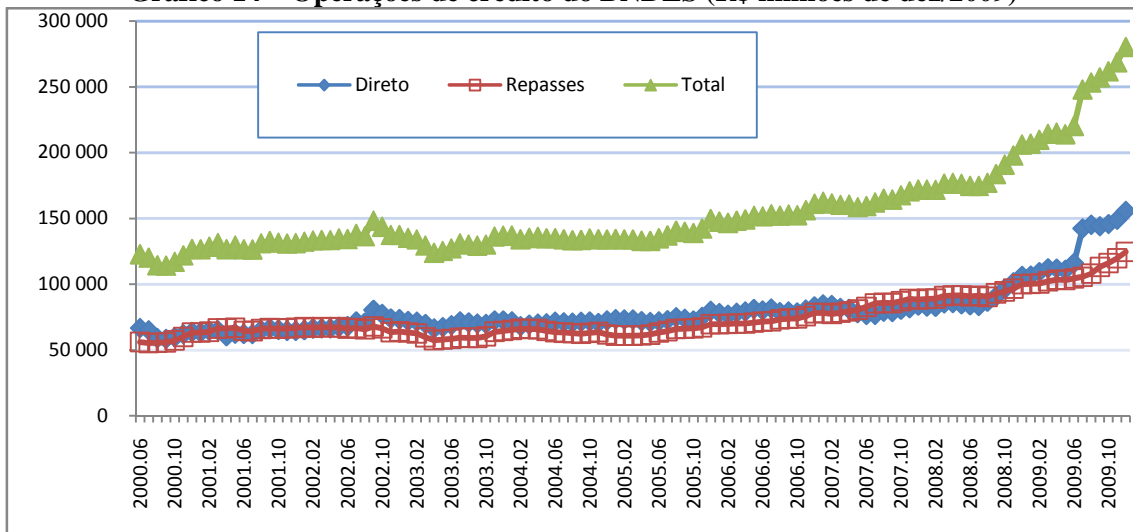


Fonte: Banco Central do Brasil. Valores em R\$ milhões de dez/2009 deflacionados pelo IGP-DI.  
**Gráfico 13 – Fontes de financiamento de longo prazo (R\$ bilhões)**



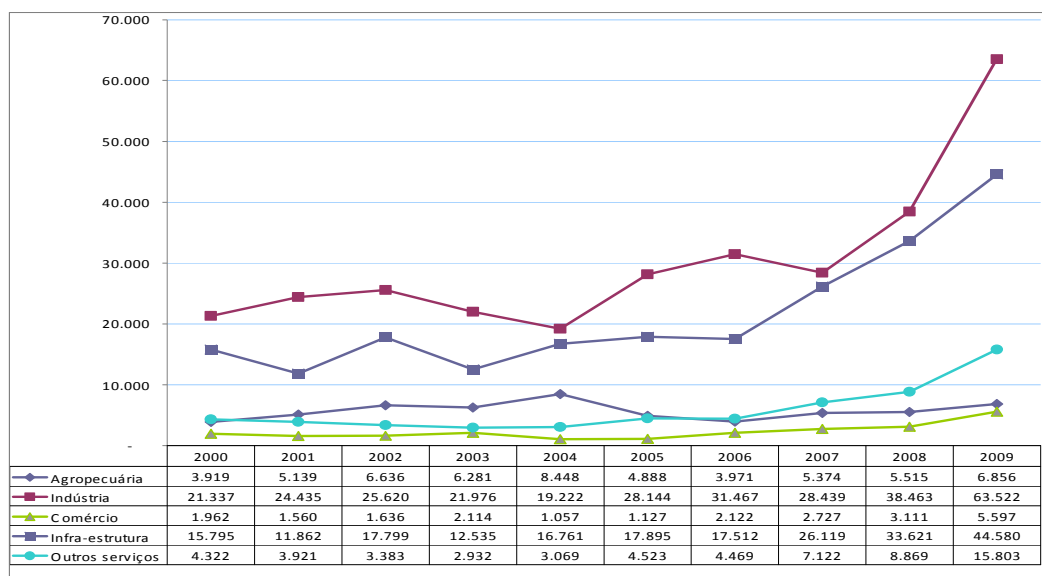
Fonte: Torres Filho et al (2008, p.5).

**Gráfico 14 – Operações de crédito do BNDES (R\$ milhões de dez/2009)**

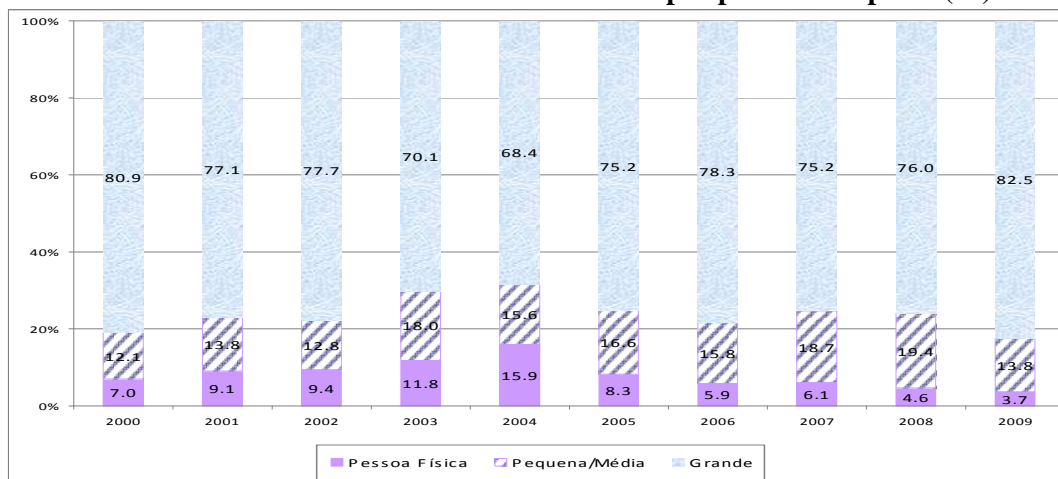


Fonte: BNDES. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

**Gráfico 15 – Desembolsos do BNDES por setor de atividade (R\$ bilhões dez/2009)**



Fonte: BNDES. Dados deflacionados pelo IGP-DI. Elaboração própria.  
Gráfico 16 – Desembolsos do Sistema BNDES por porte da empresa (%)



Fonte: BNDES. Elaboração própria.

Tabela 1 - Índice de Hirschman-Herfindahl

Data	N. de Bancos	Ativo Total			Depósito			N. Funcionários			Agências			Oper. Créd. e Arrend. Mercantil			TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		
		IHH	Dual	1-Dual	IHH	Dual	1-Dual	IHH	Dual	1-Dual	IHH	Dual	1-Dual	IHH	Dual	1-Dual	IHH	Dual	1-Dual
dez/95	144	0,08	0,92	8,25%	0,12	0,94	5,72%	0,08	0,92	8,22%	0,08	0,92	8,29%	0,11	0,94	6,08%	0,09	0,92	7,60%
jun/96	145	0,07	0,91	9,26%	0,12	0,94	5,80%	0,08	0,92	8,30%	0,08	0,91	8,60%	0,11	0,94	6,12%	0,08	0,92	8,16%
dez/96	145	0,08	0,91	8,78%	0,12	0,94	5,96%	0,09	0,92	8,05%	0,08	0,92	8,46%	0,10	0,93	6,71%	0,09	0,92	7,80%
jun/97	142	0,07	0,91	9,47%	0,11	0,94	6,42%	0,09	0,92	8,10%	0,08	0,91	8,67%	0,11	0,93	6,68%	0,09	0,93	7,46%
dez/97	140	0,07	0,90	9,72%	0,11	0,93	6,56%	0,09	0,92	8,32%	0,08	0,91	8,79%	0,12	0,94	5,86%	0,12	0,94	6,11%
jun/98	130	0,08	0,90	9,96%	0,11	0,93	7,02%	0,09	0,91	8,76%	0,08	0,91	9,49%	0,13	0,94	5,76%	0,09	0,91	8,64%
dez/98	128	0,09	0,91	8,91%	0,11	0,93	6,81%	0,09	0,92	8,40%	0,09	0,91	9,07%	0,14	0,94	5,77%	0,08	0,91	9,42%
jun/99	125	0,09	0,91	9,32%	0,12	0,93	6,63%	0,09	0,92	8,43%	0,09	0,91	9,23%	0,13	0,94	5,94%	0,08	0,90	10,39%
dez/99	124	0,08	0,90	9,77%	0,12	0,93	6,67%	0,10	0,92	8,23%	0,09	0,91	8,96%	0,11	0,93	7,21%	0,07	0,89	10,99%
jun/00	122	0,08	0,90	10,23%	0,12	0,93	7,09%	0,10	0,92	8,02%	0,09	0,91	9,05%	0,11	0,93	7,46%	0,09	0,91	9,44%
dez/00	122	0,08	0,90	10,07%	0,12	0,93	7,07%	0,11	0,93	7,39%	0,10	0,92	8,43%	0,10	0,92	8,23%	0,08	0,90	9,75%

jun/01	122	0,07	0,89	11,08%	0,12	0,93	6,89%	0,11	0,93	7,27%	0,10	0,92	8,30%	0,08	0,89	10,62%	0,08	0,89	10,74%
dez/01	121	0,08	0,89	10,80%	0,11	0,93	7,34%	0,11	0,93	7,36%	0,10	0,92	8,37%	0,08	0,89	10,91%	0,08	0,90	9,73%
jun/02	114	0,08	0,89	11,16%	0,11	0,92	7,80%	0,12	0,93	7,25%	0,11	0,92	8,26%	0,08	0,89	10,75%	0,09	0,90	10,18%
dez/02	111	0,09	0,90	10,14%	0,12	0,92	7,71%	0,12	0,93	7,39%	0,11	0,92	8,39%	0,09	0,90	10,37%	0,10	0,91	8,92%
jun/03	112	0,09	0,90	9,55%	0,12	0,93	7,44%	0,13	0,93	7,13%	0,12	0,92	7,71%	0,10	0,91	9,38%	0,11	0,92	8,15%
dez/03	110	0,10	0,91	9,33%	0,12	0,92	7,50%	0,12	0,93	7,29%	0,12	0,92	7,85%	0,10	0,91	9,17%	0,11	0,92	8,42%
jun/04	108	0,09	0,90	10,34%	0,12	0,92	7,96%	0,12	0,93	7,44%	0,12	0,92	7,68%	0,10	0,91	9,43%	0,10	0,91	8,83%
dez/04	108	0,09	0,90	10,16%	0,11	0,92	8,25%	0,12	0,93	7,49%	0,12	0,92	7,67%	0,10	0,91	9,33%	0,10	0,91	9,20%
jun/05	105	0,09	0,89	10,79%	0,11	0,91	8,61%	0,13	0,92	7,61%	0,12	0,92	7,80%	0,10	0,91	9,42%	0,09	0,90	10,15%
dez/05	104	0,09	0,89	10,96%	0,11	0,91	8,62%	0,12	0,92	7,70%	0,12	0,92	7,82%	0,10	0,90	9,55%	0,10	0,90	10,06%
jun/06	104	0,09	0,89	10,95%	0,11	0,91	8,88%	0,12	0,92	7,90%	0,12	0,92	7,75%	0,10	0,90	9,53%	0,10	0,90	9,63%
dez/06	104	0,09	0,89	10,69%	0,11	0,91	8,60%	0,12	0,92	7,96%	0,12	0,92	7,75%	0,10	0,91	9,27%	0,09	0,89	10,84%
jun/07	102	0,09	0,89	11,49%	0,11	0,91	8,99%	0,12	0,92	8,26%	0,12	0,92	7,93%	0,10	0,90	9,52%	0,09	0,90	10,34%
dez/07	101	0,09	0,89	11,40%	0,11	0,91	8,93%	0,12	0,92	8,29%	0,12	0,92	8,01%	0,10	0,90	9,76%	0,10	0,90	10,26%
jun/08	101	0,09	0,89	10,96%	0,11	0,91	9,37%	0,12	0,92	8,42%	0,12	0,92	8,01%	0,10	0,90	9,63%	0,09	0,89	10,74%
dez/08	101	0,13	0,92	7,83%	0,14	0,93	7,12%	0,14	0,93	7,14%	0,15	0,93	6,55%	0,13	0,92	7,53%	0,11	0,91	9,32%
jun/09	100	0,13	0,92	7,63%	0,15	0,93	6,73%	0,15	0,93	6,65%	0,17	0,94	6,02%	0,24	0,96	4,18%	0,12	0,92	8,44%
<b>Média</b>		<b>0,09</b>	<b>0,90</b>	<b>9,96%</b>	<b>0,12</b>	<b>0,93</b>	<b>7,45%</b>	<b>0,11</b>	<b>0,92</b>	<b>7,81%</b>	<b>0,11</b>	<b>0,92</b>	<b>8,18%</b>	<b>0,11</b>	<b>0,92</b>	<b>8,22%</b>	<b>0,09</b>	<b>0,91</b>	<b>9,28%</b>